

Unidade III

Apresentamos alguns assuntos relacionados à Teoria Macroeconômica, seus questionamentos centrais e sua importância. Vamos estudar a contabilidade social, notadamente as medidas de atividade econômica, a identidade entre renda e produto, bem como os conceitos de valor bruto da produção e valor agregado até chegar à medida maior, que é o PIB e suas variantes. Também assinalaremos como o governo interfere na atividade econômica, via políticas econômicas, e nas questões monetárias.

5 INTRODUÇÃO À MACROECONOMIA

A Teoria Macroeconômica tem por objetivo fundamental analisar como são determinadas as variáveis econômicas em sua forma agregada. Essa teoria, conhecida como abordagem de equilíbrio geral, procura avaliar se o nível de atividade econômica tem crescido ou diminuído e se os preços das mercadorias, conjuntamente, indicam elevação ou diminuição.

Diferentemente da Teoria Microeconômica, a Teoria Macroeconômica observa grandes mercados, como os de bens e serviços, o de trabalho, o mercado monetário – em decorrência da participação da moeda como meio de troca por mercadorias –, o mercado de títulos e, por fim, examina o mercado de divisas internacionais, pois os países mantêm relações entre si, de modo que as moedas, as chamadas divisas, que são reguladas pelo mercado cambial ou pelo governo, também são objeto de investigação dessa teoria.

Essa teoria preocupa-se, portanto, em estudar o grupo dos consumidores de uma sociedade, assim como o seu conjunto de empresas. O interesse é designar os fatores que influenciam o nível total de renda e do produto do sistema econômico.

Os fatos macroeconômicos afetam a vida de todos nós. Muitos empresários planejam a elevação ou diminuição das quantidades produzidas de seus bens levando em conta qual será, por exemplo, o comportamento da renda da sociedade durante um determinado período de tempo.



Observação

A preocupação macroeconômica reside em conhecer o nível de renda de todos os indivíduos de uma sociedade, diferentemente da microeconomia, que está focada na renda do consumidor individual.

Apresentamos alguns dos elementos levantados pela Teoria Macroeconômica:

- comportamento do nível geral de preços;

- comportamento do nível geral de produção de mercadorias;
- taxa de salários dos trabalhadores;
- nível de emprego e de desemprego;
- comportamento da taxa de juros da economia;
- quantidade de moeda que circula em um sistema econômico;
- quantidade de divisas internacionais que um país mantém como reservas;
- variação da taxa de câmbio entre a moeda nacional e a internacional;
- tamanho do endividamento do governo;
- taxa de investimento das empresas.

Segundo Gregory Mankiw (1995, p. 2),

[...] os macroeconomistas são cientistas que procuram explicar o funcionamento da economia como um todo. Reúnem dados sobre rendas, preços, desemprego e outras variáveis em diferentes épocas e diferentes países. Procuram, então, elaborar teorias gerais que ajudem a explicar esses dados.

A Teoria Macroeconômica compreende, então, a análise de todos os mercados, envolvendo os preços e quantidades das mercadorias, admitindo que modificações em algum mercado específico ou alterações em qualquer de suas variáveis afetam o comportamento de outros mercados.

Pense que, em um determinado momento, uma empresa de grande porte do ramo farmacêutico esteja com problemas em suas finanças. Possui aproximadamente 250 funcionários diretos e, para ajustar sua estrutura de custos, anuncia uma política de demissão de 80 colaboradores. Como essas pessoas perderam seus empregos, não têm mais renda. Assim, como conseguirão atender às suas necessidades de consumo? Suponhamos que essas 80 pessoas sejam chefes de família e que essas famílias sejam compostas de quatro membros: pai, mãe e dois filhos. Esse indivíduo não tem condições de pagar o estudo particular dos filhos, que ainda são menores de idade. Dessa forma, eles passarão a estudar no ensino público. A família possuía convênio médico (seguro-saúde), que também será cancelado, e a família dependerá do serviço público. Menos roupas serão adquiridas, as idas ao cinema serão cortadas, assim como os refrigerantes e o sorvete no fim de semana. Quem foi afetado com a demissão efetuada pela indústria farmacêutica? Vejamos:

- os funcionários, com a perda do emprego;
- os membros de suas famílias;

- a escola dos filhos, que deixará de receber as mensalidades e poderá ter dificuldades para manter sua estrutura de custos;
- a empresa que administrava o convênio médico desta família, que terá menos recursos para remunerar os médicos conveniados;
- o governo, e duplamente: primeiro, pela perda de arrecadação com impostos em razão da queda de consumo; segundo, pelo aumento das despesas da rede pública de ensino e do Sistema Único de Saúde, pois elevarão os atendimentos;
- a instituição que exhibe filmes nos cinemas, já que algumas famílias não terão esse tipo de lazer;
- a entidade que produz refrigerantes e o mercado da esquina que os vende;
- o sorveteiro e a indústria que produz sorvetes.

Vamos adiante em nossa análise.

As escolas que deixarão de receber mensalidades também têm funcionários, e se o número de alunos diminuir, o mesmo ocorrerá com o quadro de professores, de assistentes e demais trabalhadores, e já destacamos o que acontecerá. A empresa que administra convênio médico terá o mesmo problema: mais pessoas sem renda. Nesse ponto, você já é capaz de pensar no cenário dos demais setores da economia.

Em uma situação como a descrita, algo deve ser feito para que a atividade econômica volte a ser operante, bem como os empregos retomados. É nesse contexto que a atuação do governo se faz presente na análise macroeconômica. É a partir do exame de equilíbrio geral que são formuladas as diretrizes da política econômica. Portanto, o conhecimento da macroeconomia ajuda as autoridades públicas a avaliarem políticas alternativas, por meio dos instrumentos de intervenção, por exemplo, através de parte fiscal, monetária, cambial, de rendas ou demais mecanismos de política.

Conforme Moraes (1996, p. 196):

A macroeconomia estuda o comportamento de variáveis que representam a soma (ou a média) de quantidades e preços em mercados em uma escala nacional. O tipo de modelo que se associa à macroeconomia é, por essa razão, chamado de agregativo. Os principais problemas estudados pelo enfoque macroeconômico são o desemprego, a inflação, os efeitos das políticas econômicas sobre essas variáveis, o crescimento econômico e a distribuição de renda.

Podemos esquematizar a divisão do estudo da economia:

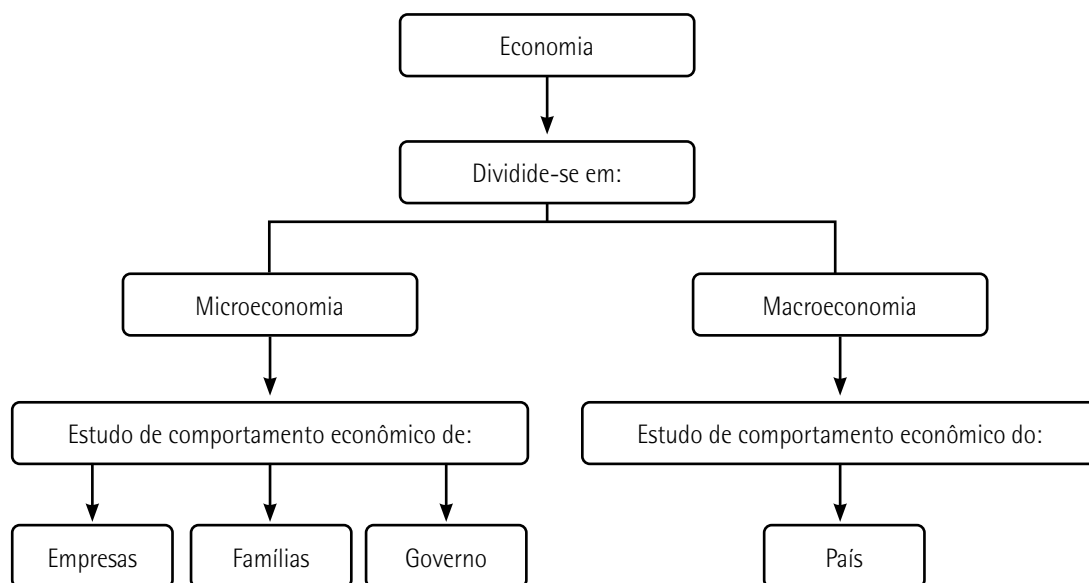


Figura 17 – Divisão do estudo da economia: micro e macro

Em um sistema econômico moderno, produz-se grande variedade de bens e serviços, desde automóveis até parafusos e alfinetes, como aparelhos eletroeletrônicos, produtos hortifrutigranjeiros e serviços médicos e bancários. Sem contar laranjas, sapatos, ventiladores etc. Como medir tudo isso? Uma das maneiras de avaliar o desempenho da economia é por meio da avaliação da produção agregada de bens e serviços. Contudo, algumas questões vêm à tona: como é possível somar a produção de pares de sapatos com quilos de maçãs e litros de leite? Como medir tudo isso em uma única unidade de medida para verificar qual o produto agregado de uma nação?



Saiba mais

SILVA, C. R. L. da; LUIZ, S. *Economia e mercados: introdução à economia*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

5.1 Medição do produto nacional

Nesse momento, é pertinente perguntar como medir a produção realizada pelo sistema econômico, tendo em mente que ela é contínua no tempo: os bens e serviços são produzidos e consumidos, sendo necessário produzi-los novamente, pois grande parte das necessidades humanas exige um consumo ininterrupto, como é o caso da alimentação, que precisa ser feita diariamente (SILVA; LUIZ, 2010).

É neste contexto que surge a contabilidade nacional: "[...] método de mensuração e interpretação da atividade econômica que tem como objetivo medir a produção que se realiza em um sistema econômico em um determinado período" (SILVA; LUIZ, 2010, p. 44). Para medir o produto de uma nação, temos que

examinar as quantidades de mercadorias que são vendidas em determinado período de tempo e seus respectivos preços. Quando são usados os preços de mercado, pares de sapatos, quilos de maçãs e litros de leite podem ser somados e comparados:

Quadro 3 – Utilização dos preços de mercado para somar diferentes produtos

Produto	Quantidade	Preço	Valor de mercado
Pares de sapatos	1.000 pares	R\$ 40,00 o par	R\$ 40.000,00
Maçãs	3.000 quilos	R\$ 3,00 o quilo	R\$ 9.000,00
Leite	5.000 litros	R\$ 1,30 o litro	R\$ 6.500,00
Total			R\$ 55.500,00

Com o exemplo apresentado, podemos chegar à medida de produto nacional, que será dada pelo valor monetário dos bens e serviços finais produzidos durante um determinado período de tempo, em geral um ano. Nesse exemplo, o produto nacional dessa nação hipotética seria de R\$ 55.500,00.



Observação

Não é possível somar unidades com quilos mais litros, mas é possível somar o valor monetário que representam.

5.2 Identidade entre produto, despesa e renda nacional

Já sabemos que o fluxo circular da renda mostra os fluxos reais e monetários. No fluxo real, temos de um lado bens e serviços sendo destinados das empresas para as famílias. Quanto ao fluxo monetário, as famílias geram receitas às organizações como pagamento da aquisição de bens e serviços, e estas geram rendas às famílias como remuneração à utilização dos fatores de produção.

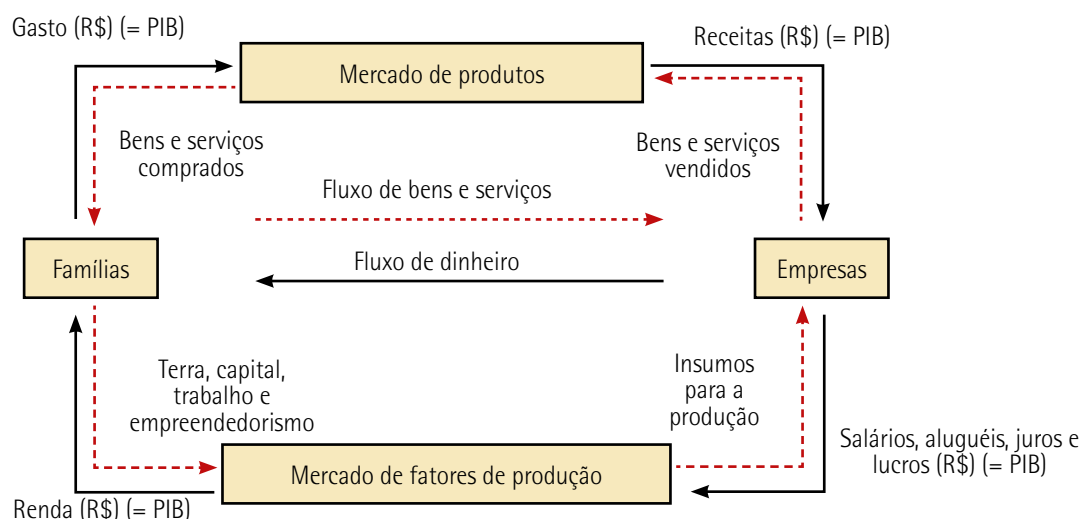


Figura 18 – Modelo de fluxo circular da renda e do produto

O fluxo circular da renda mostra o desenvolvimento de outros dois mercados: o de bens e o de fatores, que fazem parte do mercado real. No mercado de bens, aquele em que as empresas vendem às famílias sua produção, são estabelecidos os preços das mercadorias e suas respectivas quantidades. Já no mercado de fatores, aquele em que as famílias vendem às empresas fatores de produção, são fixadas as remunerações de cada um desses fatores e em quais quantidades serão utilizadas. Por exemplo, é no mercado de fatores que serão determinados os valores dos salários da mão de obra que será aplicada.

Na Teoria Microeconômica, os mercados também são considerados, tanto em termos de demanda como de oferta e, portanto, de definição de preços e quantidades. Lá, a discussão é individual; aqui, no agregado.

Assim, o fluxo circular da renda, na forma apresentada, é uma versão bem simplificada da realidade ou do funcionamento de uma economia. No entanto, apesar de simples, podemos retirar a partir dele vários conceitos, como os de produto nacional e de renda nacional.

O produto nacional (PN) é o valor monetário de todos os bens e serviços finais produzidos na economia em determinado período de tempo. Portanto, a renda nacional (RN) será o total de pagamentos efetuados aos fatores de produção que foram usados para a obtenção desse produto.

Então, sabemos que há uma identidade entre produtos e renda: $PN = RN$.

Vejamos um exemplo.

Tabela 9 – Produção e renda

Produção		Renda	
Sapatos	R\$ 40.000,00	Salários	R\$ 25.900,00
Maçãs	R\$ 9.000,00	Juros	R\$ 10.480,00
Leite	R\$ 6.500,00	Aluguel	R\$ 8.430,00
Total R\$ 55.500,00		Lucros	R\$ 10.690,00
		Total R\$ 55.500,00	

Conforme o exemplo, sabemos que o produto total da economia, o produto nacional, foi de R\$ 55.500,00 e, para que fossem produzidos sapatos, maçãs e leite nesse país, foi necessário utilizar trabalhadores, capital, terra e capacidade empresarial. Se esses fatores de produção foram aplicados, então eles foram remunerados.



Lembrete

O uso de fatores gera remuneração, e a soma de todas as remunerações resulta na renda da sociedade.

O total de produção de sapatos, maçãs e leite gerou R\$ 25.900,00 em salários, R\$ 10.480,00 de juros, R\$ 8.430,00 de pagamentos pelo aluguel e, por fim, R\$ 10.690,00 de lucros, que foram reinvestidos na própria produção. No entanto, essa renda que foi gerada na produção deve retornar à produção na forma de consumo.



Observação

Estamos, por simplificação, supondo que essa economia hipotética produza apenas três bens, mas sabemos que além destes há uma enorme variedade. Os valores são meramente ilustrativos.

Portanto, chegamos à outra identidade:

Produto = renda = consumo

De outra forma:

Produto nacional = renda nacional = dispêndio nacional

PN = RN = DN

Vejamos:

Tabela 10 – Produção, renda e consumo (em R\$)

Produção		Renda		Dispêndio	
Sapatos	40.000,00	Salários	25.900,00	Despesas de consumo	
Maçãs	9.000,00	Juros	10.480,00	Alimentação	17.400,00
Leite	6.500,00	Aluguel	8.430,00	Vestuário	3.420,00
		Lucros	10.690,00	Habitação	7.330,00
				Higiene	1.480,00
				Saúde	5.330,00
				Transporte	2.900,00
				Educação	10.280,00
				Lazer	730,00
				Outras despesas	
				Impostos	1.080,00
				Despesas com acumulação	
				Poupança	5.550,00
Total	55.500,00	Total	55.500,00	Total	55.500,00



Observação

Ao analisar a tabela anterior, você consegue visualizar o fluxo circular da renda? A produção está representando as empresas, a renda expressa os consumidores e o dispêndio, a renda que retorna às empresas.

Além dos conceitos de produto nacional, renda nacional e de dispêndio nacional, devemos proceder ao conhecimento de outros conceitos, que também surgem por meio do fluxo circular da renda.

5.3 Valor bruto da produção e valor agregado

Vamos supor que essa economia hipotética da qual estamos tratando também produza pães, já que existem gastos com alimentação, conforme demonstrado pelas categorias de dispêndio.

Sabemos que o pão que consumimos em nosso café pela manhã não surge do nada, é fabricado por meio da combinação de fatores de produção, e um deles bastante importante à produção de pães é a farinha, derivada do trigo. O trigo, por sua vez, é proveniente da atividade agrícola, setor primário da economia, e será transformado em farinha por meio do processo de industrialização, categorizando, então, o setor secundário da economia. Depois, a farinha será utilizada para fazer o pão e será comercializada pelo setor terciário da economia.

Vamos admitir que quem transforma o trigo em farinha não produz esse cereal, mas sim o adquire, e que o mesmo acontece com o produtor de pães. Ele não produz farinha, mas a compra para usá-la. Então, estão inclusos no preço do pão os custos de fabricação; da mesma forma, o gasto com a aquisição de trigo está inserido no preço da venda final da farinha.

Acentuamos um exemplo que destaca as relações entre diferentes setores de atividade econômica:

- **Setor primário:** atividades de extração, agricultura e pecuária.
- **Setor secundário:** atividades da indústria.
- **Setor terciário:** atividades do comércio e dos serviços.

Vamos ao exemplo:

Tabela 11 – Estágios de produção de pão (em R\$)

Estágios da produção	Vendas do período	Custos do período	Valor adicionado
Trigo	30,00	–	30,00
Farinha	50,00	30,00	20,00
Pão	90,00	50,00	40,00
Total	170,00	80,00	90,00

Vimos que o trigo foi vendido ao mercado pelo valor de R\$ 30,00. Portanto, quem o comprou teve um dispêndio total de R\$ 30,00. Provavelmente, quem o adquiriu é a indústria que o transformará em farinha. Após esse processo, a farinha é vendida ao mercado por R\$ 50,00. Como nesse preço de venda está embutido o custo de produção, ou seja, o custo com a aquisição de fatores de produção, o que o setor secundário agregou ao produto dessa economia foi somente R\$ 20,00, isto é, a diferença entre o preço de venda de sua mercadoria e os valores gastos com bens intermediários.

Seguindo esse raciocínio, a farinha foi vendida no mercado por R\$ 50,00, e quem a adquiriu incorreu em um dispêndio total de mesmo valor. Contudo, quem comprou a farinha vai transformá-la em pão, que será o produto da venda do setor terciário da economia. O pão, de acordo com o exemplo, será vendido por R\$ 90,00, mas como foram gastos R\$ 50,00 em custos de fatores de produção, foram agora agregados ao produto nacional dessa economia somente R\$ 40,00. Portanto, chegamos a novos conceitos: valor bruto e valor agregado.

Entende-se por valor bruto da produção o cálculo do que cada ramo de atividade recebeu com as vendas de bens, que no exemplo anterior representaria R\$ 170,00. Já o valor agregado ou valor adicionado é o cálculo do que cada ramo de atividade adicionou ao valor do produto final, em cada etapa do processo produtivo, que nesse exemplo é de R\$ 90,00.

Assim, o valor do produto agregado dessa economia é R\$ 90,00, que corresponde à produção do último bem final dessa economia. Esse valor pode também ser obtido somando-se o valor adicionado em cada etapa do processo produtivo. Já o valor bruto da produção é a soma do valor de cada um dos bens na economia, que, em nosso exemplo, é igual a R\$ 170,00. Esse valor apresenta o problema da dupla contagem, pois no valor de cada produto também foram incluídos os valores dos insumos necessários à sua produção, ou seja, o chamado consumo intermediário. Então,

$$VBP - VBI = VA$$

Onde:

VBP = valor bruto da produção.

VBI = valores de bens intermediários.

VA = valor agregado ou valor adicionado.

A tabela a seguir sumariza os valores encontrados em cada setor de atividade econômica.

Tabela 12 – Valor bruto da produção, valor de bens intermediários e valor agregado

Setor de atividade econômica	Atividade	VBP	VBI	VA
Setor primário	Trigo (agricultura)	30,00	–	30,00
Setor secundário	Farinha (indústria alimentícia)	50,00	30,00	20,00
Setor terciário	Pão (comércio)	90,00	50,00	40,00
Total		170,00	80,00	90,00

5.4 Demais medidas agregadas

A partir da identidade macroeconômica básica em que o produto é igual à renda, que é igual ao dispêndio, podemos verificar como são demonstradas as demais medidas agregativas de um sistema econômico. Iniciaremos pelo Produto Interno Bruto (PIB).

O PIB refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico do país, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços, excluindo as transações intermediárias. É obtido por meio da seguinte fórmula:

$$\text{PIB} = C + I + G + X + M$$

Onde:

PIB = Produto Interno Bruto.

C = consumo das famílias.

I = investimento das empresas.

G = gastos do governo.

X = exportações.

M = importações.

Outra medida agregada é o Produto Nacional Bruto (PNB), que é obtido pelo valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos na economia em um dado período de tempo. Sua fórmula é:

$$\text{PNB} = C + I + G + (X - M)$$

Onde:

PNB = Produto Nacional Bruto.

C = consumo das famílias.

I = investimento das empresas.

G = gastos do governo.

(X - M) = exportações líquidas.

Exemplo de aplicação

Faça uma pesquisa nos mais diversos meios de informação para verificar por que motivo o Brasil anuncia PIB e os Estados Unidos anunciam PNB. Você verá que há um motivo forte.



Saiba mais

Acesse o *site* do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e veja como esse órgão divulga os dados da produção dos três setores da economia, bem como a estimativa do Produto Interno Bruto.

<www.ibge.gov.br>.

Definido o PNB como o valor de mercado dos bens e serviços finais produzidos na economia, em um determinado período de tempo, e que, portanto, é avaliado em termos monetários, precisamos observar um aspecto bastante importante.

Se, por exemplo, anunciamos que de um ano para outro houve aumento da ordem de 25% no PNB de um país, resta descobrir sua causa: as quantidades de mercadorias aumentaram? Ou os preços das mercadorias que sofreram elevação? Para tanto, precisamos diferenciar PNB nominal de PNB real. O PNB nominal mede o valor da produção associado aos preços prevalecentes no período durante o qual o bem é produzido. Já o PNB real mede o valor da produção em qualquer período com relação aos preços de um ano-base. Ele nos mostra uma estimativa real ou física na produção entre anos específicos.

Outra medida de atividade econômica pode ser verificada por meio do Produto Nacional Líquido (PNL), que é o agregado econômico que define o valor dos bens e serviços finais realmente acrescentados à riqueza nacional. Consiste na produção líquida total gerada pela economia de um país no período de um ano. Ele se diferencia do PNB por conceber apenas os investimentos líquidos, ou seja, exclui dos investimentos brutos a depreciação e desconsidera o desgaste de fatores de produção fixos da economia. Dessa forma,

$$\text{PNL} = C + I + G + (X - M)$$

Onde:

PNL = Produto Nacional Líquido.

C = despesas com consumo.

I_i = despesas com investimentos líquidos.

G = despesas do governo.

$(X - M)$ = exportações líquidas.

5.5 Indicadores de crescimento e de desenvolvimento econômico

Uma das preocupações da análise macroeconômica refere-se ao potencial de crescimento da renda que determinada economia consegue gerar ao longo do tempo e de que forma a sociedade pode ter sua vida melhorada a partir do crescimento de tal renda. É o que passamos a tratar.

5.5.1 Medidas de crescimento: o PNB e o PIB

O Produto Nacional Bruto (PNB) e o Produto Interno Bruto (PIB) são medidas que possibilitam mensurar o **tamanho do bolo**, ou seja, o que foi produzido de renda em determinado país. O PNB *per capita* e o PIB *per capita* dão a noção de média de apropriação do produto por habitante: o PNB *per capita* dá o valor de cada parcela de PNB apropriada por habitante; da mesma forma, o PIB *per capita* dá o valor de cada parcela do PIB apropriada por habitante. Vejamos, então, a diferença entre os dois conceitos.

O PIB representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos no país (ou na região considerada) em determinado período de tempo. Para o seu cálculo, ele descarta a renda do exterior, tanto a recebida quanto a enviada. Sendo N o número de habitantes, o PIB *per capita* será dado por:

$$\text{PIB per capita} = \text{PIB}/N$$

O PNB difere do PIB porque ele abrange tanto as rendas enviadas para o exterior quanto as recebidas pelo exterior. Assim:

$$\text{PNB} = \text{PIB} - \text{REE (Receita Enviada para o Exterior)} + \text{RRE (Receita Recebida do Exterior)}.$$

O PNB *per capita* será dado por:

$$\text{PNB per capita} = \text{PNB}/N$$

Nos países em desenvolvimento, o PNB é menor do que o PIB. Isso ocorre porque, nesses países, há considerável remessa de lucros para o exterior.

No que diz respeito ao desenvolvimento, há controvérsias quanto ao seu real significado. Para Souza (2009), há uma corrente de economistas que explicam o desenvolvimento como subproduto do crescimento. Aqui residem modelos que enfatizam a acumulação de capital e sua igual repartição como forma de desenvolvimento e melhoria das condições de uma nação. A ideia é a de que o crescimento econômico, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, quaisquer deles, leva à melhoria dos padrões de vida e ao desenvolvimento econômico.

No mundo contemporâneo, vê-se que a coisa não é tão simples assim: o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e com o conjunto da população. Por mais que haja crescimento exacerbado da produção industrial, isso pode ser reflexo tanto da elevação da produtividade da mão de obra quanto da expansão da demanda de mercados internos ou internacionais. Ainda, a expansão do produto pode atender também à elevação da produtividade industrial como derivado da mecanização da produção, experiência vivida por diversas economias que conseguiram superar os entraves do subdesenvolvimentismo e conheceram a tecnologia como forma de produção poupadora de mão de obra.

Associado ao crescimento econômico, outros efeitos perversos podem estar ocorrendo, tais como:

- **Transferência de renda para outros países:** reduz a capacidade de importar por parte da economia doméstica e mesmo de realizar investimentos tecnológicos.
- **Apropriação de excedente, produtivo ou financeiro, por poucas pessoas:** eleva a concentração da renda e da riqueza, causando precarização das condições de uma parcela da sociedade.
- **Baixos salários aos empregados de setores industriais:** limita o crescimento da demanda e dos investimentos nos setores que produzem alimentos e outros bens de consumo popular.
- **Dificuldades para implantação de atividades interligadas às empresas que mais crescem, exportadoras ou de mercado interno:** impacta negativamente na produtividade do país.

Alguns pesquisadores encaram crescimento e desenvolvimento como coisas distintas: enquanto o primeiro trata-se de um mero indicador quantitativo do produto de uma nação, o outro envolve mudanças qualitativas em diversas frentes, a exemplo da estrutura econômica e produtiva de um país, melhoria no relacionamento com o meio ambiente e diminuição da pobreza e da miséria.

Para Bresser-Pereira e Gala (2008, p. 79),

O desenvolvimento econômico depende, do lado da oferta, dos recursos naturais existentes, do estoque de capital físico disponível e da capacidade humana de produção, e, do lado da demanda, da acumulação de capital, do consumo e das exportações. Oferta e demanda devem crescer de forma equilibrada, mas uma característica universal das economias capitalistas, e principalmente daquelas em desenvolvimento, é que a oferta geralmente excede a demanda, ocorre generalizado desemprego de recursos humanos,

a emigração de pessoal educado para os países ricos é alta e as taxas de crescimento são baixas.

Por essa visão, entende-se desenvolvimento econômico como um processo de longo prazo em que ocorre a acumulação de capital, e o progresso técnico é incorporado tanto para elevar a produtividade do capital quanto da força de trabalho em termos de produtividade.

No processo de desenvolvimento, assim definido, já se acham implícitos os fenômenos socioeconômicos que necessariamente o acompanham: transferência de grandes massas da população do campo para as cidades, constituição de um parque industrial mais ou menos amplo, aumento da produtividade do trabalho, melhoria do padrão de vida tanto da população urbana como da rural e elevação de seu nível cultural (BERLINCK; COHEN, 1970, p. 47).

5.5.2 Medidas de desenvolvimento: IDH, Curva de Lorenz e Índice de Gini

Alguns indicadores permitem avaliar o grau de desenvolvimento econômico de uma nação. Agora vamos estudá-los.

5.5.2.1 O IDH

A mensuração do desenvolvimento humano, feita por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), contrapõe-se ao conceito de crescimento econômico. Parte-se do princípio de que, para verificar o avanço de uma população em termos de desenvolvimento, é necessário analisar as demais condições da sociedade, a exemplo da expectativa de vida e questões relacionadas aos níveis educacionais, que vão além da questão puramente econômica, financeira.

O índice, desenvolvido pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen, é construído levando-se em conta:

- a Renda Nacional Bruta *per capita* (corrigida pela paridade do poder de compra, tendo como base o ano de 2005);
- a longevidade (medida pela expectativa de vida ao nascer);
- a educação (avaliada por dois indicadores: média de anos de educação de adultos e expectativa de anos de escolaridade para crianças em idade de iniciar a vida escolar).



Observação

Há que se considerar que o índice não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver" (PNUD, [s.d.]).

As mudanças na metodologia do IDH em 2010

Não é a primeira vez que o IDH passa por mudanças. A disponibilidade de novos dados e as sugestões de alguns críticos fizeram com que o índice se adaptasse ao longo das últimas décadas. A fim de possibilitar que sejam verificadas tendências no desenvolvimento humano, a equipe responsável pelo relatório usou uma nova metodologia para calcular o IDH de 2010 e dos anos subsequentes.

Os pilares do IDH não foram alterados: o índice varia de 0 a 1 (quanto mais próximo de 1, maior) e engloba três dimensões fundamentais do desenvolvimento humano: conhecimento (mensurado por indicadores de educação), saúde (medida pela longevidade) e padrão de vida digno (medido pela renda). Mas houve modificações em alguns indicadores e no cálculo final do índice.

Subíndice de longevidade

Não mudou: continua sendo medido pela expectativa de vida ao nascer.

Subíndice de educação

É o único que engloba dois indicadores, e ambos foram alterados. Sai a **taxa de alfabetização**, entra a **média de anos de estudo da população adulta** (25 anos ou mais). Para averiguar as condições da população em idade escolar, em vez de **taxa bruta de matrícula** passa a ser usado o **número esperado de anos de estudos** (expectativa de vida escolar, ou tempo durante o qual uma criança ficará matriculada se os padrões atuais se mantiverem ao longo de sua vida escolar). Essas alterações foram feitas porque alguns países, sobretudo os do topo do IDH, haviam atingido níveis elevados de matrícula bruta e alfabetização – assim, esses indicadores vinham perdendo a capacidade de diferenciar o desempenho dessas nações. Na avaliação do Relatório de Desenvolvimento Humano, as novas variáveis captam melhor o conceito de educação e permitem distinguir com mais precisão a situação dos países. No entanto, assim como os indicadores anteriores, os novos não consideram a qualidade da educação. No método antigo, a taxa de analfabetismo tinha peso 2 nesse subíndice e a taxa de matrícula, peso 1. Agora, os dois novos indicadores têm pesos semelhantes.

Subíndice de renda

O **PIB** (Produto Interno Bruto) *per capita* foi substituído pela **RNB** (Renda Nacional Bruta) *per capita*, que abrange os mesmos fatores que o PIB, mas também leva em conta recursos enviados ou recebidos do exterior – a RNB acaba por ser uma maneira de captar melhor as remessas vindas de imigrantes (seu cálculo não inclui o lucro enviado por empresas para o exterior) e de computar a verba de ajuda humanitária recebida pelo país, por exemplo. Antes se usava o logaritmo natural do PIB *per capita*, agora se usa o logaritmo natural da renda. Também foi mantido o modo como os valores são expressos: em dólar corrigido pela paridade do poder de compra (PPC), considerada a variação do custo de vida entre os países.

Normalização dos subíndices

Para poder comparar indicadores diferentes (a renda é expressa em dólares; a expectativa, em anos, por exemplo), cada subíndice é transformado em uma escala de 0 a 1. Por isso, estabelece-se um valor máximo e mínimo para cada indicador. Até o relatório anterior, produzido de acordo com o novo método, os níveis máximos eram fixados pelo próprio Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH); no mais recente, foram usados os valores máximos verificados na série de dados (desde 1980), com o objetivo de eliminar a arbitrariedade na escolha desses níveis máximos e mínimos.

Cálculo

Até a edição de 2009, o IDH era calculado como a média simples dos três subíndices (somavam-se os três e dividia-se o resultado por três). A partir do relatório de 2010, recorre-se à média geométrica: multiplicam-se os três subíndices e calcula-se a raiz cúbica do resultado. Antes, um desempenho baixo em uma dimensão poderia ser diretamente compensado por um desempenho melhor em outra. Com o novo cálculo, essa compensação perde força – um valor ruim em um dos subíndices tem impacto maior em todo o índice. Além disso, a metodologia permite que 1% de queda na expectativa de vida, por exemplo, tenha o mesmo impacto que 1% de queda na renda ou na educação.

Nível de desenvolvimento humano

O Relatório de Desenvolvimento Humano deixa de classificar o nível de desenvolvimento de acordo com valores fixos e passa a utilizar uma classificação relativa. A lista de países é dividida em quatro partes semelhantes. Os 25% com maior IDH são os de desenvolvimento humano muito alto; o quartil seguinte representa os de alto desenvolvimento; o terceiro grupo apresenta desenvolvimento médio e os 25% que registram menor IDH revelam baixo desenvolvimento humano.

Adaptado de: Inesc (2010).

A tabela a seguir apresenta indicadores selecionados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a economia brasileira para o período 2000-2013 no que diz respeito à expectativa de vida ao nascer, expectativa de anos de estudo e média de anos de estudo.

Tabela 13

Indicadores do Brasil			
Ano	Expectativa de vida ao nascer (anos)	Expectativa de anos de estudo	Média de anos de estudo
2000	70,3	14,3	5,6
2005	71,7	14,2	6,6
2010	73,1	15,2	7,2

2011	73,4	15,2	7,2
2012	73,7	15,2	7,2
2013	73,9	15,2	7,2
2014	74,5	15,2	7,7

Fonte: PNUD (2017).

A próxima tabela assinala dados, referentes ao ano de 2011, sobre a expectativa de vida ao nascer, expectativa de anos de estudo, bem como a média de anos de estudo e renda *per capita*, de acordo com as estatísticas do PNUD.

Tabela 14

Números do governo brasileiro	
Expectativa de vida ao nascer (anos)	74,7
Expectativa de anos de estudo	15,2
Média de anos de estudo	7,8
Renda <i>per capita</i> (2011 PPP\$)	US\$ 14.145
IDH	0,754

Adaptado de: PNUD (2017).

O Brasil entra, na década de 2010, em forte queda no índice de IDH, o que faz interromper a evolução conquistada no período anterior.

Os gráficos a seguir relacionam renda *per capita* e IDH, no Brasil, para período selecionado. É possível perceber forte correlação entre crescimento de renda e elevação do IDH.

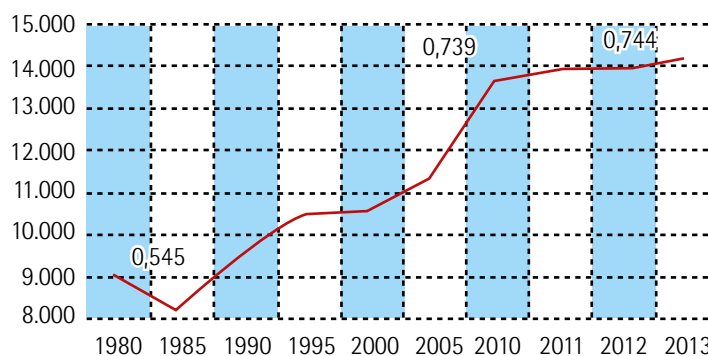


Figura 19 – Renda bruta *per capita* (2011), em R\$

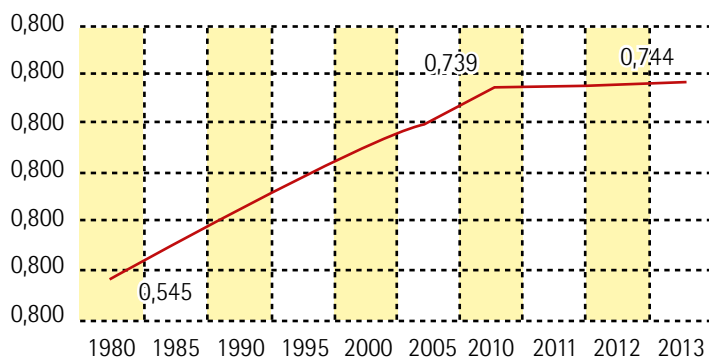


Figura 20 – IDH

5.5.2.2 Curva de Lorenz

A Curva de Lorenz, representada a seguir, forma-se pela união dos pontos bidimensionais obtidos pelos eixos X e Y: no eixo X temos a proporção acumulada da população; no eixo Y, a proporção acumulada da renda apropriada (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2015).

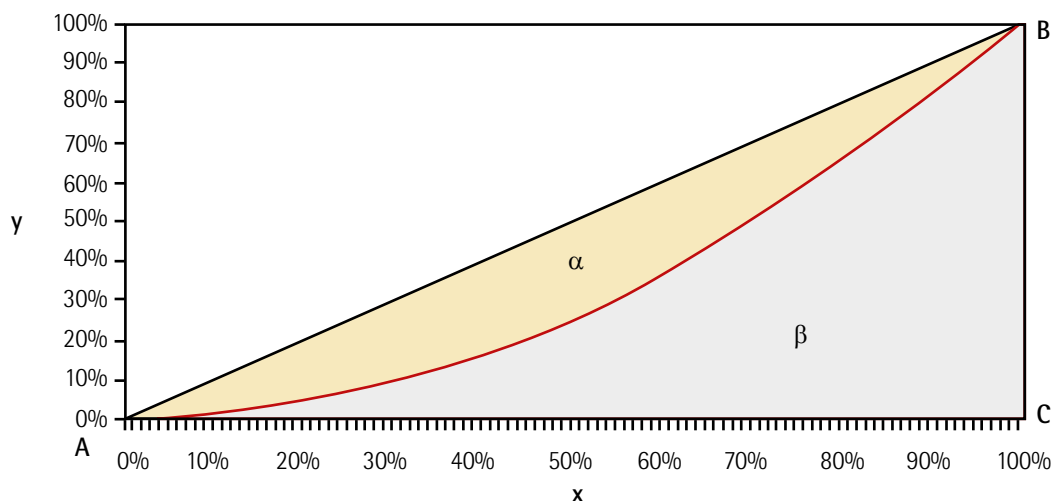


Figura 21 – Curva de Lorenz

Se a distribuição for perfeita, teremos a curva na forma de uma reta de 45°: por exemplo, 20% da população se apropriarão de 20% da renda. Assim, quanto maior for a "barriga" (a área representada por α), mais desigual será a distribuição de renda. No gráfico, por exemplo, aproximadamente 50% da população se apropriam de 20% da renda.

5.5.2.3 Índice de Gini

De acordo com o PNUD, o Índice de Gini:

Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não

há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula) (O ATLAS, 2013).

Assim, o índice é uma medida que objetiva "corrigir" os valores médios obtidos por meio do quociente entre produto e população. Ele não representa o "tamanho médio da fatia do bolo", mas o quão justa é a divisão do bolo.

Agora voltemos ao gráfico da Curva de Lorenz. Geometricamente, o Índice de Gini é obtido pelo quociente entre α e a soma entre α e β , da seguinte forma:

$$G = \alpha / (\alpha + \beta)$$

Se a desigualdade é zero, quer dizer, se a distribuição de renda é perfeita, α é igual a zero; portanto, $G = 0$. Se, hipoteticamente, um único indivíduo se apropriar de toda a renda, β tenderá a zero e G tenderá a 1. Quanto maior a "barriga" representada por α , maior será o valor de G .

5.6 O papel do Estado na atividade econômica

É fato que os governos existem na vida das pessoas, gostemos ou não. Independentemente da posição política adotada por um governante, ele poderá alegrar a sociedade de um país ou desagradá-la por completo. Tal fato deve-se claramente ao tipo de atitude política escolhida, que, para efeito deste estudo, devemos considerar as opções pela política econômica adotada em determinado tempo. Uma política econômica mais desenvolvimentista tende a agradar boa parte da população, sobretudo empresários, para quem novas oportunidade de investimentos são avistadas, inclusive favorecendo camadas das classes mais baixas da população com novas oportunidade de emprego. Por outro lado, uma política econômica mais austera, aquela em que a opção governamental é por uma política contracionista, não é de todo agradável quando se espera crescimento de renda no curto prazo e elevação dos empregos e gastos públicos. O fato é que a opção pela política econômica dá-se de acordo com as circunstâncias que se apresentam ao governante ou simplesmente permeia sua formação e opção política.

5.6.1 Falhas de mercado

Deixando de lado questões normativas das políticas públicas, bem como da presença do Estado nas economias modernas, o fato é que devemos considerar elementos racionais que fundamentam a presença dos governos nas sociedades e sua intervenção por planejamento ou não. Nesse sentido, Giambiagi e Além (2008) chamam a atenção para a existência de falhas de mercado que impedem a situação de Ótimo de Pareto.



Saiba mais

O Ótimo de Pareto, proposição devida ao engenheiro e economista franco-italiano Vilfredo Federico Damaso Pareto, versa que, em determinada situação em que se encontrem dois agentes, para que um ganhe, necessariamente, outro deve perder. Leia mais em:

A LEI da Eficiência de Pareto. *Econometrix*, Fortaleza, 20 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.econometrix.om.br/pdf/ed1644f6016bdf71a1e7509acae9bad8ec6670.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

Giambiagi e Além (2008) acentuam que as falhas de mercado são: existência de bens públicos, de monopólios naturais, externalidades, mercados incompletos, falhas de informação e, por último, mas não menos importante, a ocorrência de desemprego e inflação.

Riani (2012, p. 12-13) sumariza a questão da seguinte forma:

No mundo real existem quatro características principais que dificultariam, ou até mesmo impossibilitariam a obtenção ótima através do setor privado. Assim, o governo emerge como um elemento capaz de intervir na alocação de recursos, que atua paralelamente ao setor privado, procurando estabelecer a produção ótima dos bens e serviços que satisfaçam às necessidades da sociedade. As quatro características que podem ser consideradas como falhas de mecanismos de mercado em atender às necessidades da sociedade são: indivisibilidade do produto; externalidades; custo de produção decrescente e mercados imperfeitos; riscos e incertezas na oferta dos bens.

Com base nas pesquisas de Giambiagi e Além (2008), e de Riani (2012), estudaremos pormenorizadamente a importância de cada uma das falhas de mercado que exigem a interferência do governo nos mercados.

5.6.1.1 Existência de bens públicos

Os bens públicos são aqueles cujo consumo e uso são indivisíveis, ou, ainda, **não rivais**. Significa que o consumo do bem por parte de um indivíduo não prejudica o consumo do mesmo bem pelos demais integrantes da sociedade. Parte-se do seguinte princípio: existindo o bem público, todos se beneficiam de sua existência, independentemente se uns mais e outros menos. Outra característica importante do bem público é a da **não exclusão** no consumo. Para poder exemplificar, pense no caso de uma cidade onde as ruas ainda não estejam todas pavimentadas, algumas são de terra e outras de asfalto. O governo dessa cidade decide asfaltar todas as ruas ainda sem asfalto. Assim, todas as pessoas (moradoras ou não) que utilizam a rua serão beneficiadas.

Pois bem, as ruas estão asfaltadas e a população usufruirá desse investimento público, mas como custear esse investimento entre a população? Quem deverá pagar mais ou menos pelo uso das ruas asfaltadas? Somente as pessoas que residem naquela rua? Contando a quantidade de vezes que um indivíduo e seu automóvel utilizam a rua em um determinado período? A nós parece difícil poder ratear o custo desse bem entre os beneficiados.

Os bens indivisíveis são aqueles cujos benefícios não podem ser individualizados, tornando ineficaz o estabelecimento dos preços via sistema de mercado [...]. A não exclusividade deve-se ao fato de que, como esses bens não seriam vendidos através do sistema de mercado, via preços, a eles não se aplica o direito de propriedade (RIANI, 2012, p. 13).

Em uma oferta pública como essa, Riani (2012) destaca que, se levarmos em conta a viabilidade econômica do projeto, a pavimentação de uma cidade não faz sentido em termos de investimentos privados, mas apenas nos públicos. É notório que todo investimento, seja público ou privado, almeja algum tipo de retorno. Se pensarmos na iniciativa privada, o retorno do investimento se dá na forma de lucros, que serão acumulados inicialmente para depois serem reinvestidos ou alocados para alguma outra atividade, também na forma de investimentos. Quanto aos investimentos públicos, estes também são efetuados visando retorno no futuro, só que não necessariamente na forma de lucros monetários que serão acumulados. O retorno desejado é o social: a melhoria das condições sociais – de diferentes fontes e formas.

Giambiagi e Além (2008) reforçam ser

[...] justamente o princípio da não exclusão no consumo dos bens públicos que torna a solução de mercado, em geral, ineficiente para garantir a produção da quantidade adequada de bens públicos requerida pela sociedade. É por esta razão que a responsabilidade pela provisão de bens públicos recai sobre o governo, que financia a produção desses bens através da cobrança compulsória de impostos.



Observação

Imagina-se que a pavimentação de nosso exemplo seja efetuada por uma empresa privada especializada nesse tipo de serviço. Na maior parte das vezes, é assim mesmo que ocorre. Contudo, quem contrata tal empresa privada é o próprio governo e, portanto, é ele quem financia a obra. Ou seja, o gasto é público.

5.6.1.2 Existência de monopólios naturais

O mercado de monopólio apresenta condições diametralmente opostas às da concorrência perfeita. Nele, existe, de um lado, um único empresário dominando inteiramente a oferta e, de outro, todos os consumidores. Não há concorrência nem produto substituto. Nesse caso, ou os consumidores se

submetem às condições impostas pelo vendedor, ou simplesmente deixarão de consumir o bem ou o serviço. O fornecimento de energia elétrica nas cidades é um exemplo de empresa em monopólio.



Figura 22 – O setor de energia elétrica representa monopólio

Para existir monopólio, deve haver barreiras que impeçam a entrada de novas firmas no mercado. Essas barreiras podem advir de diversas formas, sendo uma delas o monopólio puro ou natural. Este caso ocorre quando o mercado, por suas próprias características, exige a instalação de grandes plantas industriais, que em geral operam com economias de escala e ínfimos custos unitários, possibilitando à empresa cobrar preços baixos por bem ou serviço, o que acaba praticamente inviabilizando a entrada de novos concorrentes.

Podemos elencar ainda como barreiras:

- elevado volume de capital requerido para montar uma indústria monopolista;
- marcas e patentes;

- controle de matéria-prima específica;
- instituições.

A legislação brasileira proíbe a existência de monopólio, permitido-o apenas para os segmentos de mercado que, para ter perfeito funcionamento, devem ser únicos. São os chamados monopólios institucionais ou estatais, considerados estratégicos ou de segurança nacional, como a energia elétrica e o petróleo.

No Brasil, com a privatização dos serviços de utilidade pública – Telecomunicações e Energia Elétrica –, o governo criou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) com o intuito de regular as atividades desses setores, por natureza pouco competitivos e que prestam um serviço essencial à população. Também com a função de regular o mercado, há diversos órgãos do governo, como o Cade e a Secretaria de Direito Econômico (REZENDE, 2012, p. 29).

5.6.1.3 Externalidades

As externalidades implicam custos e benefícios sociais diferentes dos privados. Enquanto os custos e benefícios privados são medidos em termos de preço – quanto custou para fabricar; quanto custou para adquirir –, os custos e benefícios sociais são diferentes. Por qual motivo? Porque estamos tratando de um assunto que analisa os impactos causados em um agente alheio àquele tomador da decisão individual. Exemplifiquemos: pense em um empreendedor que abra uma casa noturna na rua onde você reside. A legislação permite casas comerciais no local, mas o empreendedor montou uma em que o som ao vivo seja o chamariz da freguesia. O volume e a qualidade do som – da música – pode agradar quem frequenta o local por uma questão de diversão. Todavia, pode aborrecê-lo por diversos motivos: você não aprecia a música que é tocada ali, o volume do som incomoda, há maior quantidade de carros estacionados na rua, impedindo que algum parente que venha visitá-lo deixe seu automóvel em frente ao portão de sua casa etc.

Pois bem, elencamos aqui efeitos negativos causados pela nova casa noturna. A isso chamamos de externalidade negativa. Ela ocorre quando algum agente toma determinada decisão que lhe favorece – no caso o empreendedor – e que retire bem-estar de outro agente – no caso, você.

Por outro lado, há as externalidades positivas. Pense que seu vizinho de frente contrate um segurança particular e instale uma guarita à frente da casa dele. Esse agente particular cuidará da vigilância da casa de quem o contratou, o que, por consequência, trará mais segurança aos demais moradores daquela rua. Caso esse agente perceba algo de diferente na rua, tratará de avisar aos demais moradores do local. Vemos aqui a ocorrência de externalidade positiva. Para Giambiagi e Além (2008, p. 7),

[...] a existência de externalidade justifica a intervenção do Estado, que pode ser através: a) da produção direta ou da concessão de subsídios, para gerar externalidades positivas; b) de multas ou impostos, para desestimular externalidades negativas; e c) da regulamentação.



Saiba mais

Flávio Riani expande a discussão das externalidades, explicando os efeitos da produção sobre o consumo, efeitos da produção sobre a produção, bem como os efeitos externos do consumo. As análises com gráficos que o autor efetua são bem ilustrativas.

RIANI, F. *Economia do setor público: uma abordagem introdutória*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

5.6.1.4 Mercados incompletos

Uma das principais características dos mercados incompletos é aquela em que o setor privado não esteja totalmente à vontade quanto à oferta de um bem ou serviço. O que o faz não estar totalmente à vontade? Segurança quanto ao futuro e quanto ao retorno do investimento que foi efetuado. É o que Riani (2012) chama de riscos e incertezas na oferta dos bens.

A falta de conhecimento perfeito – por parte dos vendedores e dos compradores – relacionado com os riscos de mercado, a falta de perfeita mobilidade dos recursos, a incerteza quanto à maximização dos lucros por parte das firmas e a escassez de determinados recursos produtivos, particularmente os recursos naturais, são características do mundo real que mostram a inviabilidade do atendimento de alguns dos pressupostos requeridos para se atingir a produção ótima de todos os bens econômicos necessários e desejados pela sociedade (RIANI, 2012, p. 19).

Existem determinadas atividades que são indispensáveis ao desenvolvimento do país ou ao bem-estar da sociedade, mas que, pelas razões apresentadas, não seriam oferecidas no mercado se não houvesse a intervenção do governo.

Nesse aspecto, Giambiagi e Além (2008) citam o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como principal órgão brasileiro de financiamento de longo prazo para investimentos em todos os segmentos da economia. Vários investimentos produtivos, seja na agricultura, seja na indústria ou no comércio, para todo tamanho de empresa, podem requerer elevado volume de recursos nos investimentos iniciais, e muitas vezes a iniciativa privada – os bancos privados – ficam receosos em efetuar os empréstimos, pois não sabem se o tomador terá condições ou não de honrar com a devolução dos recursos tomados. Dessa forma, procurando mitigar o risco de uma possível inadimplência, os bancos privados elevam as taxas de juros de empréstimos, dificultando os investimentos privados. É nesse âmbito que o BNDES entra como empresa pública federal: oferecendo empréstimos por vezes subsidiados pelo governo, fomentando os investimentos produtivos e ativando a economia.



Saiba mais

Conheça mais sobre o BNDES em:

<<http://www.bndes.gov.br>>.

A falta de conhecimento perfeito por parte dos vendedores e dos compradores sobre os riscos do mercado, a falta da perfeita mobilidade dos recursos, a incerteza quanto à maximização dos lucros por parte das firmas e a escassez de determinados recursos produtivos, particularmente os naturais, são características do mundo real que mostram a inviabilidade do atendimento de alguns dos pressupostos requeridos para atingir a produção ótima de todos os bens econômicos necessários e desejados pela sociedade. Nisso reside outra falha de mercado, a falha de informação.

5.6.1.5 Falhas de informação

Nos casos de falhas de informação, a intervenção do Estado justifica-se em razão de o mercado por si só não fornecer dados suficientes para que os consumidores tomem suas decisões racionalmente. Como exemplo, considere o mercado de automóveis usados. Pense na seguinte situação: você está interessado em adquirir um carro usado e encontra no jornal um anúncio exatamente do veículo que procura. Liga para o anunciante para verificar preços, condições do automóvel, quilometragem percorrida e coisas do tipo. Quem dos dois agentes tem mais informações sobre o carro? Você ou a pessoa que pretende vendê-lo? Será que o vendedor lhe oferecerá todos os dados necessários, e reais, para que você tome a decisão pela compra ou não? Caso o automóvel tenha ficado imerso em alguma enchente, o vendedor vai contar ou omitir a questão? Estamos chamando a atenção para o fato de que em determinados mercados alguns têm mais informações do que outros. Fernando Rezende (2012) chama isso de **assimetria de informações**.

Para esses casos, o modo de atuação do Estado pode ser mediante a introdução de uma legislação que induza a uma maior transparência, com maior proteção tanto para vendedores quanto para consumidores, e o Código de Defesa do Consumidor (CDC) é um bom exemplo.

5.6.1.6 Desemprego e inflação

O desemprego e a inflação, apesar de serem fenômenos completamente diferentes, sendo o primeiro considerado pela economia uma variável do mercado real e o segundo uma variável nominal proveniente do mercado monetário, caminham em conjunto. Começamos, então, pela inflação.

O que vem a ser inflação? Caracteriza-se pelo generalizado e persistente crescimento nos níveis de preços, ou seja, ocorre inflação em um período em que um elevado volume de mercadorias têm seus preços majorados sequencialmente, de forma que dia a dia, mês a mês, os preços sobem sem que, necessariamente, seus custos de produção tenham sofrido elevação. Assim, quando há inflação, é preciso haver maior quantidade de moeda para adquirir os mesmos produtos. Resultado: perda do

poder aquisitivo da moeda, o que pode causar sérios distúrbios à economia e à sociedade de modo geral (SILVA; LUIZ, 2010).

Em períodos de inflação elevada, a moeda deixa de desempenhar uma de suas principais funções, que é a de preservar valor ao longo do tempo. Em períodos de inflação elevada, como viveu a sociedade brasileira em boa parte dos anos 1970 e 1980, a moeda perde seu valor assim que é recebida!

Suponha o seguinte: uma pessoa recebe hoje seu salário (R\$ 1.500,00) e o índice de inflação no mês corrente, medido pelos mais diversos índices disponíveis, esteja em torno de 40% ao mês. Se essa pessoa deixar guardado esse dinheiro, digamos, no bolso de algum paletó no armário e for usar tal recurso daqui a 30 dias, os R\$ 1.500,00 representarão poder de compra de R\$ 900,00. Receber um valor, dentro de um período inflacionário e não utilizá-lo o mais rápido possível faz com que haja a perda de seu valor. Em nosso exemplo hipotético, perda de R\$ 600,00. Significa que os preços das mercadorias ficaram 40% mais elevados e a quantidade de moeda disponível não será mais capaz de adquirir a mesma quantidade de mercadoria que era obtida antes. Quem sofre? Na maior parte das vezes, e como salienta Mankiw (2010), a população de baixa renda.

Precisamos, então, entender como é produzida a inflação, ou seja, por que existe e quais suas causas. Basicamente, são três os tipos de inflação, sendo um deles o de demanda. Vejamos o que diz Mankiw (2010, p. 636):

Vamos supor que observamos, ao longo de um determinado período de tempo, o preço de um sorvete de casquinha aumentar de 5 cents para um dólar. Que conclusão poderíamos tirar do fato de que as pessoas estão dispostas a dar muito mais dinheiro em troca de um sorvete? É possível que as pessoas estejam gostando mais de sorvete (talvez porque algum químico tenha desenvolvido um novo e maravilhoso sabor). Mas, provavelmente, não é esse o caso. O mais provável é que as pessoas continuem apreciando o sorvete da mesma forma e que, com o passar do tempo, a moeda usada para comprá-lo tenha se tornado menos valiosa. De fato, o primeiro entendimento sobre a inflação é de que ela tem mais a ver com o valor da moeda do que com o valor dos bens.

Portanto, o que determina o valor da moeda é a relação entre sua demanda e sua oferta, assim como é definido o preço do tomate nos mais variados mercados. Se há mais tomate sendo ofertado, o preço do tomate será relativamente baixo; caso exista pequena quantidade de tomate sendo ofertada, ou seja, disponível à sociedade, seu preço tende a ser relativamente mais elevado.



Figura 23 – Moeda e inflação

Voltando à inflação, conforme Samuelson (1979), a inflação de demanda, ou de consumo, é causada pelo crescimento do volume de moeda disponível ao público, não necessariamente acompanhado pelo crescimento da produção. Como para a demanda poder se concretizar é necessária a existência de moeda, a inflação de demanda pode ser entendida como o excesso de moeda em circulação, ou seja, quando há expansão de liquidez. Nesse caso, os preços tendem a aumentar devido à grande quantidade de dinheiro em circulação, influenciando o consumo por parte da população. Por seu turno, os empresários, diante a um elevado consumo e percebendo que há grande quantidade de moeda em poder do público, elevam os preços no afã de que a venda será certa.

Ribeiro (1990) explica que uma das características da inflação de demanda é que ela ocorre em períodos de expansão da economia, a exemplo do experimentado pelo milagre econômico brasileiro, no qual o governo investiu fortemente na industrialização do País, elevando os níveis de produção e superando tempos anteriores. Tais medidas diminuíram o desemprego, expandindo renda e consumo.

Outro tipo de inflação é o de oferta, ou seja, explicado ou pelas condições de oferta de produtos, ou pelo comportamento de seus custos de produção, ou mesmo pela disponibilidade de fatores de produção que são utilizados como bens intermediários. A inflação de oferta ocorre quando os custos de produção aumentam, isto é, quando se paga mais para produzir determinados bens ou ofertar determinados serviços. Assim, pode ocorrer inflação de oferta diante de:

- diminuição da oferta de um fator de produção;
- aumento nos preços dos fatores de produção;
- acréscimo nos custos da produção, derivado de elevação de tributação;
- alta dos salários pagos pelas empresas, caso sejam reajustados acima da correção monetária do período ou por convenção coletiva e sindical;

- monopolização de determinado setor, diminuindo as possibilidades de concorrência;
- demais ocorrências que representem estreita relação entre custos de produção de um bem e seu preço.

Resumindo, para Silva e Luiz (2010, 116),

[...] a inflação de custos tem origem na oferta de bens e serviços. É causada pela elevação dos custos de produção, repassados para o consumidor pelo aumento do preço do produto. Um fator agravante é o controle do mercado (monopólio ou oligopólio), que permite aos empresários obterem lucros extraordinários pelo aumento dos preços dos seus produtos, pois não há perigo de concorrência.

O outro tipo de inflação, a inercial, difere das outras, pois nesta há tendência à perpetuidade. Significa que a inflação de um período é automaticamente repassada para o tempo que se segue. De que forma? Pela indexação, que consiste em reajustar pagamentos, ou valores futuros, pela inflação do presente. Observe o exemplo a seguir, muito bem desenvolvido por Silva e Luiz (2010, p. 116-117):

Imaginemos que o Sr. Alberto tome emprestado R\$ 100.000,00 de seu amigo, Sr. Carlos, e prometa pagar-lhe em dois meses. Nesse período, supondo uma economia inflacionária com taxas mensais de 10%, teremos uma inflação acumulada de 21% nos dois meses que correspondem ao prazo do empréstimo. Pontualmente, no fim do período, o Sr. Alberto entrega ao amigo os R\$ 100.000,00 que havia tomado emprestado. Resultado, o Sr. Carlos foi prejudicado, pois os R\$ 100.000,00 que recebeu do amigo valem menos do que os R\$ 100.000,00 que ele havia emprestado dois meses antes. Por sua vez, o Sr. Alberto saiu ganhando, pois pagou apenas R\$ 100.000,00, quando deveria ter pago, pelo menos, R\$ 121.000,00. [...] Se o Sr. Alberto e o Sr. Carlos tivessem combinado, na ocasião do empréstimo, que o montante emprestado seria corrigido pela inflação, o Sr. Carlos receberia R\$ 121.000,00 e não se sentiria lesado pelo favor que prestou ao amigo.

Por conta desses fatores, para não haver distorções entre ganhadores e perdedores, é que são feitos contratos de trabalho e de aluguel com a proteção de preços de mercadorias e valores de outras transações. Com o uso da indexação, evita-se a corrosão monetária.

Uma observação a ser feita acerca da inflação inercial é que ela tende a se manter em determinado patamar por um determinado período, depois volta a crescer e, finalmente, estabiliza-se em um novo patamar por algum tempo. Esse processo ocorre porque as correções dos preços satisfazem os agentes por um tempo específico, ou seja, essas correções elevam a participação dos agentes na renda.



Saiba mais

Para compreender melhor o processo inflacionário no Brasil, sugerimos a leitura de alguns textos:

BRESSER-PEREIRA, L. C. Inflação inercial e Plano Cruzado. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 6, n. 3, jul./set. 1986. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/23-2.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; NAKANO, Y. Hiperinflação e estabilização no Brasil: o primeiro Plano Collor. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 11, n. 4 (44), out./dez. 1991. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/44-6.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

Para Giambiagi e Além (2008, p. 8),

[...] o livre funcionamento do sistema de mercado não soluciona problemas como a existência de altos níveis de desemprego e inflação. Neste caso, há espaço para a ação do Estado no sentido de implementar políticas que visem à manutenção do funcionamento do sistema econômico o mais próximo possível do pleno emprego e da estabilidade de preços.

Destacamos as razões pelas quais o governo, através dos diversos instrumentos de políticas à sua disposição, surge como alternativa para a intervenção na alocação de recursos da economia a fim de contribuir para que a sociedade alcance o maior nível de bem-estar possível. Acentuaremos a seguir as funções que poderão ser desenvolvidas pelo governo para corrigir ou minimizar as falhas ocorridas no sistema de mercado, buscando atender às demandas que compõem o conjunto de bens e serviços da sociedade. É aqui, portanto, que trataremos das finanças públicas. Conforme Nascimento (2014, p. 79),

[...] a expressão "finanças públicas" designa os métodos, princípios e processos financeiros por meio dos quais os governos Federal, Estadual e Municipal desempenham suas funções. Por intermédio do orçamento público, os governos perseguem os objetivos de satisfazer às necessidades sociais, de induzir a uma eficiente utilização dos recursos e de corrigir a distribuição de renda em uma sociedade. [...] As receitas e as despesas do Estado podem ser utilizadas como instrumento para influenciar o nível da produção nacional e do emprego, de forma a controlar o padrão dos preços (controle da inflação), buscar o equilíbrio da balança de pagamentos e para redirecionar as decisões de consumo e investimento dos agentes privados.

5.6.2 Funções do governo

É consenso entre Nascimento (2014), Giacomoni (2012), Giambiagi e Além (2008), Riani (2012) e Matias-Pereira (2012) que se deve a Richard Musgrave a definição do que sejam as funções do governo. Segundo Giacomoni (2012, p. 22),

Richard Musgrave propôs uma classificação das funções econômicas do Estado que se tornaram clássicas no gênero. Denominadas as "funções fiscais", o autor as considera também como as próprias "funções do orçamento", principal instrumento de ação estatal na economia. São três as funções: a) promover ajustamentos na alocação de recursos (função alocativa); b) promover ajustamentos na distribuição de renda (função distributiva); e c) manter a estabilidade econômica (função estabilizadora).

5.6.2.1 Função alocativa

Designa a alocação de recursos pela atividade estatal quando não houver eficiência da iniciativa privada ou quando a natureza da atividade indicar a necessidade da presença do Estado. A intervenção estatal na alocação de recursos justifica-se quando o setor privado não tiver interesse neles. É o processo pelo qual o governo divide os recursos para utilização no setor público e privado, oferecendo bens públicos, semipúblicos e meritórios, como rodovias, segurança, educação e saúde aos cidadãos. Dessa forma, está associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado (NASCIMENTO, 2014). Nesse sentido, cabe ao governo decidir pelo tipo e pela quantidade de bens públicos que ofertará, ou seja, a qual(is) tipo(s) de necessidade(s) atenderá.

Conforme Riani (2012), para assegurar uma alocação mais eficiente dos recursos, o governo não precisa produzir ou gerar diretamente o bem ou o serviço. Ele poderá fazê-lo ou induzir a oferta pelo setor privado. Nesse aspecto, existem quatro possibilidades de atuação do governo:

- **Alocação por parte do governo de recursos diretos para a produção:** a oferta dos bens. Por exemplo: a Defesa Nacional e seus serviços de segurança pública.
- **Compras governamentais:** o governo adquire a produção efetuada por outras empresas e repassa os bens à sociedade. Por exemplo: medicamentos, merenda escolar e campanhas de vacinação.
- **Indução do setor privado ao aumento da produção via subsídios ou incentivos fiscais:** tal medida favorece a produção e provoca queda de preços de venda, beneficiando determinada população.
- **Empresas estatais:** o governo se incumba da responsabilidade da produção de algum bem ou serviço que não seja oferecido pela iniciativa privada.

5.6.2.2 Função distributiva

Nem sempre toda a riqueza que é gerada em um país é distribuída de forma igualitária entre seus pertencentes, o que, por vezes, cria a desigualdade social. Riani (2012, p. 22) esclarece que:

Fatores tais como oportunidade educacional, mobilidade social, habilidade individual, mercado de trabalho, propriedades dos fatores de produção etc. levam, dentro de uma economia de livre mercado, a desigualdades na apropriação da renda e da riqueza gerada pelo sistema econômico. [...] O mercado funcionando livremente, sem a interferência do governo, não se preocupará com a concentração de renda e da riqueza uma vez que as atividades econômicas alcancem seus objetivos, atingindo frações segmentadas da sociedade detentoras de recursos para suas compras. Assim, a possibilidade espontânea da desconcentração da renda torna-se ilusória.

Diante do exposto, vê-se que cabe ao Estado promover a melhoria na distribuição da renda por intermédio do gasto público como principal instrumento de política pública. Tal afirmação apoia-se em Nascimento (2014, p. 80), e o autor diz que a "função distributiva refere-se à distribuição, por parte do governo, de rendas e riquezas". Por outro lado, Rezende (2012), bem como Giambiagi e Além (2008), acentuam que, além dos gastos governamentais, a exemplo de transferências, a tributação progressiva, aliada aos subsídios, auxilia no processo de distribuição do produto. Enquanto os programas de transferência apresentam-se de forma direta quanto à redistribuição, a tributação progressiva oferece condições de o governo arrecadar recursos das camadas mais abastadas da sociedade e utilizá-los como forma de financiamento de programas voltados para a parcela da população de mais baixa renda. Aqui, a forma de redistribuição seria por melhoria dos atendimentos públicos nos sistemas de saúde ou mesmo aplicados para financiamento da construção de moradias populares.

Giacomoni (2012, p. 25) complementa que, por mais que as políticas distributivas estejam inseridas no ambiente de correção de falhas de mercado, acabam por vezes sendo encaradas como "problemas de política e de filosofia social", pois cabe à sociedade avaliar o que vem a ser justiça distributiva. Concordando que a distribuição de renda também seja uma questão de orçamento público, educação gratuita, capacitação profissional e programas de desenvolvimento comunitário são também exemplos de política pública com efeito distributivo.

5.6.2.3 Função estabilizadora

A função estabilizadora está estreitamente ligada ao desemprego e à inflação enquanto falhas de mercado, pois, de forma abrangente, visa assegurar um desejável nível de emprego e estabilidade nos preços que não são totalmente controlados pelo sistema de livre mercado. Conforme Riani (2012, p. 22),

Quando o desemprego prevalece, o governo aumenta o nível de demanda no mercado, elevando seus gastos ou diminuindo seus tributos, recolocando a produção no pleno emprego. Por outro lado, se há inflação, o governo

pode reduzir a demanda de mercado, ajustando seus gastos e/ou a carga tributária, o que contribui para a diminuição e controle de preços.

Do ponto de vista da política fiscal, o governo pode corrigir o desemprego – enquanto falha de mercado pela elevação dos gastos públicos – ampliando a quantidade de dinheiro no sistema econômico, o que incentiva a sociedade a elevar o consumo bem como as empresas a aumentarem seus níveis de produção. Desse modo, com maior produção, as empresas passam a contratar mais pessoas, o que expande a renda. O mesmo efeito será gerado se a opção for pelo uso da diminuição de tributação. Todavia, com a expansão da demanda, os preços sobem, gerando inflação. Assim, paralelamente, o governo pode utilizar demais instrumentos, a exemplo da política monetária, para manter a estabilidade de preços.

Para Giacomoni (2012, p. 26),

[...] o orçamento público é um importante instrumento da política de estabilização. No plano da despesa, o impacto das compras do governo sobre a demanda agregada é expressivo, assim como o poder de gastos dos funcionários públicos. No lado da receita, não só chama a atenção o volume, em termos absolutos, dos ingressos públicos, como também a variação na razão existente entre a receita orçamentária e a renda nacional, como consequência das mudanças existentes nos componentes da renda.

Do que foi apresentado até o momento, caro aluno, é possível perceber certa relação entre as falhas de mercado e as funções do governo. As falhas de mercado são decorrência, em parte, da liberdade que os agentes econômicos detêm na sociedade e, em parte, pela própria existência de recursos disponíveis nessa sociedade. Então, quando há falhas do sistema, o governo é chamado para estabelecer ordem. Pois bem: como se dá esta ordem? Parte dela por leis, regulamentos e decretos que cerceiam a liberdade de alguns. Por outro lado, há que se preocupar com o desenvolvimento dessa mesma sociedade no sentido de conduzi-la para a modernidade, ao progresso e, nesse aspecto, a política pública se faz presente.

Contudo, somente é possível fazer política pública diante de alguns objetivos a serem alcançados. De forma genérica, a literatura até aqui utilizada salienta que todos os governos, em maior ou menor grau, têm os mesmos objetivos: crescimento e desenvolvimento econômico, manutenção do emprego e da renda, estabilidade monetário-financeira e distribuição equitativa da renda, para citar alguns. No entanto, para que o governo consiga atingir seus objetivos, torna-se necessário planejamento como visão de futuro. Trata-se, portanto, de imaginar hoje como seria o amanhã, caso algumas medidas fossem adotadas.

Nesse sentido, o planejamento governamental que se faz por política pública requer, de um lado, recursos monetários para pôr em prática determinada ação e, de outro, as fontes de tais recursos. Podemos claramente efetuar analogia como um indivíduo comum. Suponha que você tem um amigo que está prestes a casar e deseja adquirir sua casa própria. Para obter o patrimônio, algumas ações podem ser tomadas. Entre elas, a do planejamento financeiro. Vejamos o que deve ser estudado:

- enquanto tempo se deseja adquirir tal patrimônio;
- valor e localidade;
- quantidade de recursos monetários disponível;
- tipo de aplicação financeira na qual esse recurso disponível está alocado e quanto ainda falta acumular;
- se a compra será à vista ou com financiamento;
- melhor forma de financiamento – em quanto tempo e qual o valor de cada prestação.



Observação

O exemplo do financiamento de imóvel é corriqueiro, um daqueles que permeia nossa vida em algum momento.

Agora destacaremos um exemplo de uma empresa e as tomadas de decisão que precisa efetuar. Pense em uma empresa do setor de bebidas com queda de vendas de um de seus principais produtos: refrigerante "Sabor gostoso". Ao pesquisar o motivo da queda, verificou-se que uma nova marca concorrente estava atraindo consumidores que antes eram fiéis àquela marca. Trata-se de um problema de vendas, ou seja, falta de entrada de recursos na entidade. Se há diminuição de vendas, haverá, por consequência, menos receita.

Diante dessa situação, a organização decide fazer uma campanha de *marketing* para atrair novamente esses consumidores que perderam. Os clientes passaram a comprar o refrigerante "Sabor quase gostoso". Para tal, precisará efetuar investimentos, dispor de algum recurso monetário que está na empresa ou fazer um empréstimo. Deverá saber a quantidade exata de recursos que poderá aplicar na campanha de *marketing*, pois tem a obrigação de manter o departamento financeiro, o RH, manter os gastos fixos de produção etc. Estamos chamando atenção para o fato de que uma nova fonte de gasto deverá fazer parte do orçamento da empresa. Por qual motivo? A organização gastará certa quantia monetária com a campanha de *marketing* esperando retorno de tal investimento. Independentemente de o retorno ser o esperado, o fato é que o dinheiro saiu de algum lugar, e é vital saber que fonte financiará essa saída monetária. Portanto, planejamento financeiro e orçamento são extremamente necessários.



Lembrete

Objetivos do governo: crescimento e desenvolvimento econômico, manutenção do emprego e da renda, estabilidade monetário-financeira e distribuição equitativa da renda.

5.6.3 Políticas macroeconômicas e seus instrumentos

A lista de objetivos governamentais parece pequena. Contudo, se avaliada com mais cuidado, vê-se grande infinidade de ações a serem tomadas para cada um dos objetivos serem alcançados. Vamos tomar como exemplo o caso do Brasil, sua extensão territorial, as necessidades prementes e específicas de cada região. Cada governo, com sua política, sua ideologia, suas crenças e, por vezes, interesses, pode privilegiar determinada sociedade instalada em uma região que receberá recursos de política pública em detrimento de outra. Todavia, não se pode generalizar para o caso brasileiro. O fato é que os governos devem adotar critérios racionais no desenho de suas políticas públicas, privilegiando a técnica como decisão estratégica no estabelecimento das prioridades sociais.

5.6.3.1 Política monetária

Com o conteúdo abordado até então, temos condições de tratar das questões associadas à política monetária. Entende-se por política monetária toda ação tomada pelo Banco Central com relação ao padrão monetário de um país. O Banco Central, autoridade monetária em qualquer país, além de atividades rotineiras, tem a função de preservar o valor da moeda ao longo do tempo. É responsável pelo controle direto da liquidez no sistema econômico de determinado país. Para o Banco Central exercer suas funções, pode adotar alguns instrumentos de política monetária. São eles:

- emissão de moeda;
- administração da taxa de juros;
- coeficiente de recolhimento compulsório;
- operação de redesconto;
- operação de *open market*;
- seleção do crédito.

Entre as principais atribuições de competência do Banco Central do Brasil no Sistema Monetário e Financeiro Nacional, podemos destacar:

- Fiscalizar as instituições financeiras, aplicando, quando necessário, as penalidades previstas em lei. Essas penalidades podem ser desde uma simples advertência aos administradores até a intervenção para saneamento ou liquidação extrajudicial da instituição.
- Conceder autorização às instituições financeiras, no que se refere ao funcionamento, instalação ou transferências de suas sedes, e aos pedidos de fusão e incorporação.
- Executar a emissão de moeda e controlar a liquidez do mercado, bem como efetuar as operações de compra e venda de títulos públicos e federais.

Vamos explicar as características de cada um dos instrumentos de política monetária.

A emissão monetária é a forma primária de controle monetário por parte do governo, pois expande e contrai o volume de moeda disponível na economia de acordo com seus objetivos. Assim, é possível controlar a liquidez da economia e, por consequência, o multiplicador bancário – capacidade dos bancos comerciais expandirem meios de pagamento – também é controlado.

Entende-se por recolhimento compulsório a reserva legal determinada pelo Banco Central. Trata-se da parcela dos depósitos à vista e a prazo que os bancos devem manter em caixa ou junto ao Banco Central. Para que você entenda melhor: os bancos comerciais são obrigados por lei a repassar ao Banco Central certa quantidade dos depósitos à vista que a coletividade efetua. Então, o Banco Central regula a liberdade de os bancos comerciais negociarem todo o volume de dinheiro que têm à sua disposição e exercita a sua função de banqueiro dos bancos e salvaguarda os direitos dos correntistas (JUDENSNAIDER; MANZALLI, 2011).

Da mesma forma que os bancos comerciais estão obrigados a repassar parte de seus saldos monetários captados por meio dos depósitos à vista, podem, quando necessário e atendendo a certas exigências, solicitar auxílio ao Banco Central. Para tanto, utilizam-se da operação de redesconto.

Com esse instrumento de política monetária, o Banco Central tem o objetivo de auxiliar instituições financeiras em dificuldades monetárias. Ele é acionado por bancos comerciais que já recorreram ao mercado interbancário na tentativa de cobrir seus saldos deficitários e não obtiveram sucesso por motivo justificado. Portanto, a última opção seria pedir ajuda, ou cobertura monetária, junto ao Banco Central.

Nesse aspecto, o Banco Central desempenha outro papel, que é o de ser prestador de última instância. Motivo: quando um banco comercial recorre a ele para cobrir possível déficit de caixa, faz com que o Banco Central intensifique sua fiscalização naquele banco. O Banco Central emprestará os recursos necessários, mas a taxas de juros punitivas.

Outro instrumento de política monetária é a operação de *open market*, ou, se preferir, operação de mercado aberto. É com ele que o Banco Central efetua leilões de venda e compra de títulos públicos para arrecadar recursos com a sociedade, para efetuar gastos ou simplesmente diminuir liquidez, ou para recomprar os títulos vendidos anteriormente.

Se admitirmos um *open market* de venda, significa que o Banco Central está vendendo títulos públicos, colocando-os à disposição para a aplicação por parte da sociedade e, dessa forma, retirando moeda de circulação. Esse é um exemplo de política monetária contracionista. De outra maneira, será expansionista quando for utilizado um *open market* de compra. Assim, o Banco Central devolve os recursos tomados emprestados.

No Brasil atual, o principal instrumento de política monetária utilizado é a administração da taxa de juros. Podemos entender por juros o custo da moeda, do dinheiro. Agentes superavitários de moeda, que têm poupança ou qualquer outra aplicação financeira, recebem juros por deixar seu dinheiro à

disposição para uso de outrem. De forma contrária, agentes deficitários de moeda pagam juros quando necessitam de recursos que são de outra pessoa.

O juro é uma variável vital na economia e, por essa razão, um dos mais importantes instrumentos de política monetária. São trabalhados como taxa, taxa de juros, e toda vez que essa taxa sobe, investimentos industriais produtivos são freados, desencorajados. Por que isso ocorre? Um empresário que toma junto a um banco certa quantia de dinheiro para investir na produção deve levar em consideração o quanto pagará pela tomada de empréstimo e o quanto receberá de lucro pelo investimento produtivo efetuado. Assim, dada uma taxa de juros mais elevada em um tempo qualquer, o custo do dinheiro também fica mais elevado. O mesmo ocorrerá com o custo do crédito. Diante de uma taxa de juros mais elevada, o crédito ao consumidor sobe, pois as sociedades de crédito cobrarão um preço mais elevado pelo montante de dinheiro que emprestarão. Resultado: subtração dos investimentos na produção, conforme o caso do nosso empresário, e também diminuição do consumo por parte de nosso cidadão tomador de crédito. Quando os empresários não investem na produção e os consumidores não adquirem produtos, temos a queda da produção de mercadorias, do emprego e da geração de renda. A economia entra, então, em um processo recessivo, contracionista (JUDENSNAIDER; MANZALLI, 2011).



Saiba mais

Você pode obter mais informações acerca do uso da política monetária no *site* do Banco Central do Brasil:

<www.bcb.gov.br>.



Observação

Nas atas de reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), você poderá perceber de que forma a política monetária está sendo conduzida no Brasil.

5.6.3.2 Política fiscal

A política fiscal compreende ações do governo relacionadas ao seu orçamento, o orçamento do setor público. Ela definirá quanto o governo irá arrecadar e quanto poderá gastar. O Estado adquire receita via impostos, tributos e taxas, pagas pelo contribuinte, no intuito de manter a ordem e os serviços providos pelo governo.

A arrecadação governamental, chamada de receita do governo, é feita via produção, circulação e consumo de mercadoria, além de movimentações financeiras, renda, entre outros. Para Judensnaider e Manzalli (2011), entre os principais geradores de renda do governo, temos:

- Receitas provenientes da produção e circulação de mercadorias:
 - Circulação de mercadorias: ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços).
 - Produção industrial: IPI (imposto sobre produtos industrializados).
- Receitas provenientes da geração e apropriação da renda:
 - Geração de renda: IR (imposto de renda).
- Receitas provenientes da propriedade, da acumulação de capital e das relações internacionais:
 - Sobre a propriedade: IPTU (imposto predial e territorial urbano).
 - Sobre herança: IH (imposto sobre herança).
 - Sobre operações financeiras: IOF (imposto sobre operações financeiras).
 - Sobre relações internacionais: II (imposto sobre importações).

O governo realiza gastos no intuito de suprir as necessidades da população não preenchidas pela iniciativa privada. Entre esses gastos, estão:

- máquina do governo: manutenção dos serviços básicos e administrativos;
- investimentos: construção de escolas, hospitais, rodovias etc.;
- transferência de renda: programas que visam auxiliar a população de baixa renda.

Uma política fiscal será expansionista quando o governo aumenta seus gastos ou mesmo quando diminui a carga tributária sobre a sociedade. Ou seja, quando repassa maior volume de recursos monetários para a sociedade por meio de seus gastos ou quando deixa a sociedade com maior volume de dinheiro, diminuindo sua arrecadação.

Quando o governo adota uma política fiscal expansionista, alguns efeitos na economia são gerados:

- descontrole das contas públicas, pois os gastos podem ser, em algum momento, superiores às receitas e, dessa forma, o governo não consegue formar poupança;
- aumento da inflação, uma vez que haverá maior volume de dinheiro em circulação, elevando o consumo e os preços dos produtos;
- redução na credibilidade externa, por conta do descontrole orçamentário;

- retração dos investimentos empresariais, pois o governo assume a liderança de aumentar a demanda agregada via gastos governamentais e produção;
- redução do desemprego, por ativar a atividade econômica (JUDENSNAIDER; MANZALLI, 2011).

E no caso de uma política fiscal contracionista? As consequências, dentre outras, serão:

- equilíbrio nas contas do governo – superávit orçamentário;
- aumento da credibilidade no exterior, devido à austeridade;
- elevação dos níveis de investimento estrangeiros, pois o país transmite maior segurança administrativa;
- diminuição das transferências governamentais com relação à sociedade.

O governo necessita da política fiscal para prover a sociedade de bens públicos. Os bens públicos são aqueles cujo uso é indivisível. Em outras palavras, o seu consumo por parte de um indivíduo ou de um grupo social não prejudica o consumo do mesmo bem pelos demais integrantes da sociedade. Ou seja, todos se beneficiam da produção de bens públicos, mesmo que, eventualmente, alguns mais do que outros. As ruas e a iluminação pública são exemplos de bens públicos – bens tangíveis; como bens intangíveis, temos a Justiça, a Segurança Pública e a Defesa Nacional.

Ademais, para poder arcar com as funções alocativa, distributiva e estabilizadora, o governo precisa gerar recursos. Como vimos, entre as diversas fontes de receita, a principal é a arrecadação tributária. A fim de aproximar um sistema tributário do "ideal", é importante que alguns aspectos sejam observados.

Um dos princípios da tributação, chamado princípio dos benefícios, diz que as pessoas deveriam pagar os impostos com base nos benefícios que recebem dos serviços do governo. Esse princípio tenta tornar os bens públicos semelhantes aos bens privados, para chegar, por aproximação, ao valor dos bens para o agente que o adquire.

Por sua vez, o princípio da capacidade de pagamento versa que os impostos deveriam ser cobrados de acordo com a possibilidade que o agente tem de suportar o imposto. Tal princípio leva a duas noções de equidade: a equidade horizontal, preceituando que contribuintes com capacidades de pagamento similares devem pagar a mesma quantia; e a equidade vertical, afirmando que contribuintes com maior capacidade de pagar impostos devem pagar mais impostos. Certamente, a equidade vertical atenderia ao princípio da progressividade.

Outro princípio, o da neutralidade, requer que o sistema tributário não provoque uma distorção da alocação de recursos, e que, dessa forma, não prejudique a eficiência do sistema.

O sistema tributário brasileiro está longe de representar um Ótimo de Pareto, ou seja, está longe da eficiência administrativa e da justiça social. Devido à multiplicidade de impostos e alíquotas e à incidência sobre insumos, o efeito final do sistema brasileiro de impostos indiretos sobre os preços também não é muito transparente. No tocante à tributação direta e indireta, algumas considerações devem ser feitas:

- **Impostos indiretos:** são aqueles cobrados de produtores com relação à produção, venda, compra ou uso de bens e serviços. Frequentemente, impostos indiretos são arrecadados em vários estágios do processo de produção e venda, e seus efeitos sobre os preços pagos pelo consumidor final na cadeia de transações não são claros. O efeito final sobre os preços, diante da tributação indireta, depende não apenas da medida em que os impostos são transferidos em cada estágio de produção, mas também da estrutura precisa das transações interindustriais.
- **Impostos diretos:** a exemplo do imposto sobre o patrimônio, podem ser cobrados regularmente em razão do simples ato de posse dos ativos durante um determinado período. É o caso do IPTU (imposto predial territorial urbano) e do IPVA (imposto sobre propriedade de veículos automotores), que atendem ao princípio da equidade e da progressividade.

Os impostos diretos incidem sobre o indivíduo, mas nem sempre estão associados à capacidade de pagamento de cada contribuinte. O imposto de renda pessoa física é o imposto pessoal por excelência e, assim, é aquele que se adapta aos princípios da equidade e progressividade, à medida que permite, de fato, uma discriminação entre os contribuintes no que diz respeito à sua capacidade de pagamento (JUDENSNAIDER; MANZALLI, 2011).

Do lado das empresas, o imposto de renda pessoa jurídica incide sobre o lucro e apresenta um problema: ele pode contrariar os princípios da equidade e da progressividade, tendo em vista que não se pode ter certeza de que o ônus do imposto sobre o lucro recaia integralmente sobre o produtor. Em outras palavras, a empresa pode reagir à cobrança do imposto sobre os lucros repassando-o, pelo menos em parte, para os preços finais de seus produtos, onerando, assim, os consumidores.

5.6.3.3 Política cambial

É a política responsável pelo fluxo de moeda internacional no país. O controle da quantidade de moeda estrangeira é feito pela taxa de câmbio. A taxa de câmbio é a relação existente entre duas moedas de diferentes países, e ela pode ser valorizada ou desvalorizada. Quando a moeda nacional está mais cara que a estrangeira, dizemos que a taxa de câmbio está valorizada. Por exemplo, com R\$ 1,00 se adquire US\$ 1,20. Veja: com uma unidade da moeda nacional, é possível obter mais que uma unidade da moeda estrangeira. No caso de a moeda nacional ser mais barata que a estrangeira, percebe-se um câmbio desvalorizado. Assim, para adquirir US\$ 1,00, é necessária uma quantidade maior de reais; no caso, R\$ 1,20. A política cambial tem sido vital para a manutenção do nível de emprego no país, em especial para os setores exportadores, que, com uma taxa de câmbio desvalorizada, têm maior incentivo para vender produtos ao exterior.



Figura 24 – Dólar como moeda estrangeira e divisa internacional

Portanto, a taxa de câmbio reflete as necessidades de unidades monetárias nacionais para adquirir uma unidade monetária de uma moeda estrangeira. É no mercado cambial que são fixadas as taxas de câmbio, variável nominal, sob diferentes regimes cambiais: câmbio fixo, câmbio flutuante, *dirty floating* ou ainda o *currency board*. Em um regime cambial fixo, a taxa de câmbio é administrada pelo Banco Central, que define o valor do câmbio para um período específico. Já no câmbio flutuante, ou flexível, a taxa de câmbio é determinada pelo mercado, ou seja, pelas interações entre demanda e oferta de divisas internacionais (JUDENSNAIDER; MANZALLI, 2011).

Admite-se por *dirty floating* câmbio com flutuação suja. O que isso quer dizer? Significa que o Banco Central de um país pode, mesmo em um câmbio flutuante, exercer pressão sobre a taxa de câmbio, ou seja, pode fazê-la flutuar até que seja fixada em uma meta estabelecida. Exemplo: suponha um país onde o regime cambial seja flutuante, e que as interações entre demandantes e ofertantes de divisas internacionais tenha conduzido a taxa de câmbio para um nível que somente favorece o importador de mercadorias. Assim, se o volume de importações de mercadorias de um país aumenta, menor será a produção interna dele e, portanto, pode ter elevada sua taxa de desemprego. Diante de tal preocupação, o Banco Central pode interferir no mercado cambial e, por meio de compra e/ou venda de divisas internacionais, fazer flutuar a taxa de câmbio até um ponto em que sejam favorecidas as exportações.

Por sua vez, o *currency board* é um regime cambial em que um país adota como moeda corrente a moeda estrangeira, na qual está ancorada, quando atravessa ou adota políticas de estabilização monetária para controlar a inflação. Há ainda que acrescentar outra diferença: a disparidade entre a taxa de câmbio real e a taxa de câmbio nominal, que reside na divergência de inflação entre os países e entre uma e outra.

5.6.3.4 Política de rendas

A política de rendas é um tipo de política utilizada pelo governo que procura melhorar a distribuição da renda e a justiça social. Ela atua diretamente sobre os fatores de produção e tenta reduzir os conflitos entre o capital e o trabalho. Melhorias nas condições de salários e trabalho, encargos trabalhistas mais justos, distribuição de resultados por parte das empresas aos seus funcionários são alguns de seus objetivos, assim como a proposta de um sistema de preços mínimos garantidores de consumo à população de baixa renda.

No caso da economia brasileira, podemos citar como exemplo de política de rendas os seguintes programas:

- política de preços mínimos;
- política salarial;
- programas de renda mínima;
- Bolsa Família.



Saiba mais

Saiba mais sobre o programa Bolsa Família:

BRASIL. Bolsa Família, *Caixa Econômica Federal*, [s.d.]. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/Social/Transferencia/bolsa_familia/index.asp>. Acesso em: 8 jan. 2018.

6 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ECONOMIA MONETÁRIA

Inicialmente, vamos refletir sobre o que vem a ser moeda. A moeda é um artigo utilizado para efetuar trocas. Dá-se moeda em troca de algo. Trabalhamos em troca de moeda. O termo designa moedas metálicas e papel-moeda as cédulas que usamos no dia a dia.

Vamos pensar um pouco. A moeda tem valor? Você, por acaso, já encontrou alguém nas ruas de sua cidade vendendo moedas, vendendo dinheiro? Possivelmente não. Por qual motivo? Antes da resposta, reflita mais um pouco. Qual o valor de uma cédula, nota, de R\$ 20,00? Quanto vale uma nota de R\$ 100,00? Qual o valor de uma moeda metálica de R\$ 1,00? Parece estranho dizer, mas, nas economias modernas, as notas e as moedas não têm nenhum valor, elas representam valor! Representar valor significa ter poder aquisitivo. Uma cédula de R\$ 50,00 possui um poder de compra de cinquenta unidades monetárias. Uma cédula de R\$ 10,00 tem um poder de compra de dez unidades monetárias e assim por diante. Esse deve ser o motivo pelo qual não encontramos pessoas nas ruas vendendo moedas, pois ninguém aceitaria vender uma nota de R\$ 100,00 por um valor mais baixo do que ela vale e ninguém aceitaria pagar mais do que esse valor pela nota.

6.1 Funções e histórico da moeda

Podemos pensar que a moeda é uma mercadoria, mas não qualquer uma. Uma mercadoria específica, que reúne a propriedade de ser trocada por qualquer outra. Basta ter em mãos cédulas ou moedas metálicas para poder trocá-las por qualquer artigo que represente exatamente as unidades monetárias incorporadas na moeda. Se tivermos R\$ 80,00, podemos adquirir qualquer mercadoria que tenha um preço idêntico ou menor do que esse valor e que esteja disponível para venda, obviamente.

A especial característica que a moeda reúne é a de ser aceita em qualquer situação. Veja um exemplo: seria muito difícil, em uma economia moderna, adquirir mercadorias pagando, ou trocando, por outras mercadorias como à época do escambo. Se quiser um sapato novo, você não conseguirá obtê-lo fazendo a troca no mercado pelo seu trabalho direto. Haveria a necessidade de dupla coincidência de desejos: o seu desejo em ter os sapatos e o do vendedor em utilizar sua força de trabalho. Agora, de posse da moeda, tudo fica mais fácil. Se o vendedor coloca à venda os sapatos que você quer, basta que você tenha poder de compra, representado pela moeda, e os compre, pagando em moeda. Pronto. Efetuamos uma troca indireta. Moeda por mercadoria, no caso do comprador, e mercadoria por moeda, no caso do vendedor.



Observação

Se a moeda, então, pode ser pensada como uma mercadoria, mas uma mercadoria especial, ela deve também desempenhar algumas funções.

Devido ao desenvolvimento da divisão do trabalho que especializou pessoas e empresas como produtores de mercadorias, nas economias modernas há um volume absurdamente grande de mercadorias à disposição da sociedade. Com a divisão do trabalho, os agentes econômicos tornaram-se cada vez mais interdependentes uns dos outros, cada um depende do trabalho do outro ou depende, para seu bem-estar, da produção do outro (JUDENSNAIDER; MANZALLI, 2011). Dessa forma, um volume expressivo de trocas indiretas é realizado e, nesse aspecto, a moeda desempenha uma de suas principais funções: ser **intermediária de trocas** (meio de trocas).

A função de intermediária de trocas, ou, se preferir, meio de troca, ou ainda meio de pagamento, permite que mercadorias sejam compradas e vendidas em diferentes períodos de tempo sem depender da coincidência de desejos. Além de servir como intermediário de trocas, a moeda exerce ainda outras duas funções básicas: servir como unidade de conta e como reserva de valor.

A função **unidade de conta** da moeda está representada nos diversos contratos existentes na economia. Em um contrato de trabalho, por exemplo, ela aparece no valor do salário ali grafado: x unidades monetárias. Em um contrato de prestação de serviços, também desempenha sua função unidade de conta no valor que será pago pelo contratante ao contratado mediante o serviço prestado. Está ainda representada nos preços dos produtos. Por exemplo: quando vemos uma camisa à disposição na vitrine de uma loja qualquer, possivelmente há uma etiqueta com a indicação do valor daquele produto. Ali está, portanto, a moeda exercendo sua função de unidade de conta. Outro nome que pode ser atribuído a essa função da moeda é **moeda de conta**. Esta, que aparece ou nos contratos ou nos preços dos produtos, determina qual o montante de moeda corrente necessário para aquela troca.

Uma última função desempenhada pela moeda é servir de **reserva de valor**. De posse de unidades monetárias, e dada a existência de mercados à vista e a prazo, seu possuidor tem o direito de reservar tal moeda para consumo ou para pagamento futuro. Em economias com estabilidade monetária (sem inflação), a moeda consegue exercer tal função, de poder reservar ou preservar seu valor ao longo do tempo. Em períodos de inflação elevada, a erosão dos ativos monetários será uma consequência.

Para que a moeda desempenhe suas funções, alguns aspectos particulares devem ser reunidos. Como exemplo, temos as características **econômicas**, entendidas como custo de estocagem e custo de transação negligenciáveis ou próximos de zero. O que isso significa? Significa que para manter moeda seu custo é zero e que transportar moeda também tenha um custo zero. As outras características da moeda, as **físicas**, dizem que a moeda deve ser divisível, durável, que haja dificuldade em falsificação, que exista manuseabilidade e que também seja favorecida sua transportabilidade. Somente reunindo características físicas e econômicas a moeda consegue exercer suas funções de intermediária de trocas, unidade de conta e reserva de valor (JUDENSNAIDER; MANZALLI, 2011).

É necessário viajar pela História para conhecer as diversas formas que a moeda assumiu ao longo dos tempos. Desde a Antiguidade, os povos utilizam moeda para efetuar trocas de mercadorias. Inicialmente as trocas eram feitas de forma direta, pois o homem vivia em pequenas comunidades, nas mais primitivas culturas – a economia funcionava à base de escambo. Esse sistema exigia a coincidência de desejos, pois apenas produtos encontravam-se disponíveis para trocas. Conforme Passos e Nogami (2003, p 446):

[...] imaginem um indivíduo que tenha maçãs e queira castanhas. Seria uma coincidência fora do comum encontrar um outro indivíduo que tivesse gostos exatamente opostos, ansioso por vender castanhas e comprar maçãs. Ainda que aconteça o fora do comum, não há garantia de que os desejos das duas partes, no que se refere às quantidades e aos termos de troca exatos, coincidam. Da mesma forma, a menos que um alfaiate faminto encontre um fazendeiro nu que tenha alimentos e o desejo de ter um par de calças, nenhum dos dois pode realizar o negócio.



Observação

Com o desenvolvimento da divisão do trabalho e a maior especialização na produção de mercadorias, nota-se a dificuldade em usar a prática rudimentar de escambo.

Nos primórdios, o homem vivia em pequenas comunidades de uma única família, e se utilizava da vegetação e da caça disponíveis na região que habitava. Esses recursos eram os únicos com os quais contava para a sua subsistência. Imagine um agricultor de cenouras, por exemplo. Se ele produz cenouras, o produto de seu trabalho são cenouras. Contudo, tal agricultor e sua família não vivem só de cenouras, eles dependem da produção alheia para sobreviver. Dependem, portanto, da troca de seu excedente pelo excedente de produção de outra pessoa. Suponha que esse agricultor precise adquirir carne para sua alimentação. Ele só tem cenouras para trocar e precisará encontrar no mercado algum produtor que venda carnes e que deseje cenouras em troca. Fácil, não? Não, não é fácil! E o manuseio? Como será o transporte? E a durabilidade, características físicas da moeda? E a divisibilidade? De fato uma operação complexa.

Assim, as sociedades se empenharam para desenvolver um sistema em que um equivalente geral fosse aceito como meio de trocas, iniciando, desse modo, um sistema de trocas indiretas, que

passa a ser intermediado por algum bem que represente aceitação e curso geral. Estamos tratando da **mercadoria-moeda** ou, simplesmente, moedas-mercadorias. Foram utilizadas como moedas-mercadorias o gado, o fumo, o azeite de oliva, os escravos, o sal, entre outros.

Para que uma mercadoria possa ser utilizada como moeda, deve apresentar as características de durabilidade, divisibilidade, homogeneidade, bem como facilidade no manuseio e transporte, aspectos que não eram reunidos em alguns dos exemplos citados neste livro-texto, apesar de as moedas-mercadorias terem facilitado um pouco a vida dos agentes.

Outra forma de moeda utilizada pelas sociedades antigas foram as moedas preciosas, representando a **moeda metálica** ou o **metalismo**, notadamente pelo uso do ouro e da prata. Também fizeram parte desse período o cobre, o bronze e o ferro. O ouro em barra tem um valor incorporado. O mesmo ocorre com as unidades de prata. São mercadorias que, por não apresentarem depreciação, carregam seu valor ao longo dos tempos, permitindo às pessoas guardá-las para serem utilizadas em trocas de mercadorias no melhor momento. Apesar de mais se assemelharem com as funções e características da moeda, são mercadorias que, para serem trocadas por outras, dependem da dupla coincidência de desejos. Novamente: e o manuseio? E o transporte? E a durabilidade, características físicas da moeda? E a divisibilidade? Parece que o ouro e a prata também não foram as melhores alternativas para a moeda, por isso a sociedade caminhou para outra alternativa: a **moeda-papel** (JUDENSNAIDER; MANZALLI, 2011).

Conforme Passos e Nogami (2003, p. 451),

[...] a moeda representativa ou moeda-papel veio eliminar, portanto, as dificuldades que os comerciantes enfrentavam em seus deslocamentos pelas regiões europeias, facilitando a efetivação de suas operações comerciais e de crédito, especialmente entre as cidades italianas e a região de Flandres. A sua origem está na solução encontrada para que os comerciantes pudessem realizar os seus empreendimentos comerciais. Em vez de partirem carregando a moeda metálica, levavam apenas um pedaço de papel denominado certificado de depósito, que era emitido por instituições conhecidas como "Casas de Custódia", e onde os comerciantes depositavam as suas moedas metálicas, ou quaisquer outros valores, sob garantia.

Tal modalidade de moeda, um papel, um certificado de depósito, desempenhava boa função. Tinha nela incorporado um valor representativo, inicialmente com lastro de 100% e garantia de aceitação, vez que representava ali uma determinada quantidade de valor. Então, a sociedade avança para outro tipo de moeda: a **moeda fiduciária** ou **papel-moeda**. Moeda fiduciária significa garantia. Para Lopes e Rossetti (2005, p. 33),

[...] a experiência de custódia e da conversibilidade mostrou que o lastro metálico integral (de 100%) em relação aos certificados em circulação não era necessário para a operacionalização desse novo sistema monetário. Essa constatação decorreu da percepção de que a reconversão da moeda-papel em metais preciosos não era solicitada por todos os seus detentores ao

mesmo tempo. Além disso, enquanto uns solicitavam a reconversão, outros ensejavam novas emissões, levando às casas de custódia novas quantidades de ouro e prata para depósito.

Vamos entender melhor isso. As casas de custódia funcionavam como uma espécie de banco, onde alguns agentes depositavam barras de ouro, bem como suas peças de prata e, em troca, recebiam um papel representando aquele valor. Vejamos:

- Quilos de ouro x preço do ouro = valor do ouro.
- Valor do ouro depositado = um papel escrito o quanto vale.

De posse de tal documento (papel-moeda), as pessoas exerciam suas trocas comerciais. O recebedor desse registro possuiria o direito de ir até a casa de custódia e resgatar o valor ali identificado. Tal reconversão nem sempre era necessária, e uma grande quantidade de ouro permanecia depositada em tais casas. Assim, os "guardiões" dos metais preciosos podiam começar a emitir papéis não mais lastreados (LOPES; ROSSETTI, 2005, p. 33). Inaugura-se, então, um período em que a emissão de papel-moeda é exercida por particulares até que o governo chame para si tal responsabilidade.

Da modalidade de moeda fiduciária (papel-moeda) até a modalidade da moeda bancária, manual ou escritural como conhecemos na atualidade, foi questão de tempo.

6.2 Da moeda aos meios de pagamento

Consideradas todas as formas que a moeda assumiu durante os tempos, podemos verificar como ela se comporta em uma economia moderna como a de hoje. Assim, podemos dizer que, sobre o montante de moeda que temos à nossa disposição, os meios de pagamento (MP) dividem-se em papel-moeda em poder do público (PMPP) e os depósitos à vista nos bancos comerciais (DVbc). Portanto,

$$MP = PMPP + DVbc$$

Ademais, podemos considerar ser PMPP a moeda manual (cédulas e moedas metálicas) e DVbc a moeda escritural (depósitos ou representação de saldos positivos e/ou negativos em contas-correntes). Para que o PMPP seja efetivamente utilizado pela coletividade, o Banco Central, na qualidade de autoridade monetária, precisa emitir moeda, PME, ou seja, papel-moeda emitido. No entanto, nem todo PME converte-se em PMPP, pois o próprio Banco Central retém parte desses recursos. Desse modo,

$$\text{Papel-moeda em circulação} = \text{papel-moeda emitido} - \text{caixa do Banco Central (retenção)}$$

Por sua vez, os bancos comerciais também não colocam à disposição da sociedade todo o volume monetário de que o Banco Central injetou. Parte desses recursos os bancos comerciais retêm em encaixe técnico. Assim,

Papel-moeda em circulação = papel-moeda emitido – caixa do Banco Central – encaixe técnico bancário

Vimos que a moeda manual é criada pela autoridade monetária e chega às mãos da coletividade via bancos comerciais. Esses últimos são responsáveis pela expansividade dos meios de pagamento por meio da criação de moeda escritural. A moeda escritural é criada pelos bancos comerciais a partir do recebimento de depósitos à vista. Através de uma operação contábil, dá-se a criação de meios de pagamento, e tal atividade aparece no balancete do banco comercial. Nesse arquivo, a título de exemplo, são registrados valores de depósitos recebidos no lado do passivo; no lado do ativo, todos os empréstimos concedidos a partir dos recursos recebidos pelos depósitos à vista.

6.3 Oferta de moeda

Para tratar da oferta de moeda, torna-se necessário compreender o papel que o Banco Central exerce na economia. Um de seus principais papéis é ser o órgão responsável pelo controle da oferta monetária na economia, bem como o de zelar pela qualidade da moeda nacional, ou seja, pelo seu poder de compra, por sua estabilidade. É por esse motivo que dizemos ser o Banco Central o emissor da moeda nacional. Entre outros papéis, que também podemos considerar como funções, estão o de ser o banco dos bancos, regulando e supervisionando as operações que por estes são efetuadas, ser o banco do governo, no caso representado pelo Tesouro Nacional, além de ser depositário de reservas internacionais, ou seja, guardião do volume de moeda estrangeira à disposição no País.

Considerando os papéis desempenhados pelo Banco Central, bem como sua existência na economia moderna e suas relações com os bancos comerciais, estes dois agentes compreendem o sistema monetário nacional. Por seu turno, os bancos comerciais – como vimos anteriormente – têm a tarefa de efetuar a intermediação financeira entre diferentes agentes econômicos com a principal característica de criar moeda, ou seja, meios de pagamento. Para tanto, devem ser legalmente autorizados pelo Banco Central a exercer tal função. Assim, obtêm permissão para receber depósitos à vista, que se transformam em reservas dos bancos, ou, como alguns preferem, de encaixes, que serão de alguma forma emprestados. Nessas operações, uma das obrigações impostas ao Banco Central aos bancos comerciais é: ao realizar uma operação de empréstimo, o banco deve certificar-se de que terá como garantir os recursos de seus depositários se estes desejarem exercer o direito de saque.

Nesse sentido, tanto o banco comercial como o Banco Central dispõe de estimativas de movimentações diárias que são efetuadas pelos agentes econômicos. Cada agente econômico tem um comportamento diferente em relação aos saldos mantidos em suas contas, assim os bancos podem efetuar uma estimativa do comportamento de seus agentes de quando e quanto exercem seu direito de utilizar os saldos que estão ali depositados. Mesmo que ocorram operações de empréstimos, aos depositários não há diminuição de seus saldos, pois os recursos emprestados continuam sendo daqueles que o depositaram, e é um dever do banco comercial efetuar tal garantia ao depositário.



Lembrete

Como os bancos comerciais sabem que seus depositantes não sacam todos os seus depósitos em um mesmo momento, podem trabalhar com tal volume monetário colocando esses depósitos em circulação via empréstimos. É com essa operação que os bancos efetuam a multiplicação dos meios de pagamento na economia.

É importante perceber que o Banco Central e os bancos comerciais, aqueles autorizados a receber depósitos à vista, exercitam a oferta de moeda na economia e são instituições representantes do sistema monetário nacional, já o sistema financeiro é formado pelo sistema monetário mais o não monetário.

O Sistema Financeiro Nacional é constituído por um sistema normativo e um de intermediação. No primeiro, estruturado por instituições que estabelecem diretrizes de atuação dos demais atores, estão:

- Conselho Monetário Nacional (CMN).
- Banco Central do Brasil (Bacen).
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
- Demais instituições especiais, a exemplo do Banco do Brasil (BB), do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal (CEF).

Por outro lado, no sistema de intermediação, que também pode ser chamado de operativo, é formado por instituições que atuam em operações de intermediação financeira, ou seja, os atores. Vejamos:

- Instituições financeiras bancárias, a exemplo dos bancos comerciais, múltiplos e caixas econômicas.
- Instituições financeiras não bancárias representadas por bancos de investimento, de desenvolvimento, sociedades de crédito, financiamento e investimentos, sociedades de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, sociedade de crédito imobiliário e associações de poupança de empréstimo.
- Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (Sepe), representado pela Caixa Econômica Federal, Sociedade de Crédito Imobiliário, Associações de Poupança e Empréstimos e Bancos Múltiplos.
- Instituições auxiliares, a exemplo das Bolsa de Valores, Sociedades Corretoras de Valores Mobiliários, Sociedades Distribuidoras de Valores Mobiliários e Agentes Autônomos de Investimento.
- Instituições não financeiras, que são as Sociedades de Fomento Comercial – *factoring* – e Seguradoras.

Assaf Neto (2012, p. 52) destaca que o Banco Central propõe ao Sistema Financeiro Nacional a seguinte composição:

Quadro 4

Órgãos normativos	Entidades supervisoras	Operadores			
Conselho Monetário Nacional (CMN)	Banco Central do Brasil (Bacen)	Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista	Demais instituições financeiras	Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros	
	Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	Bolsas de mercadorias e futuros	Bancos de câmbio		
			Bolsas de valores		
Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)	Superintendência de Seguros Privados (Susep)	Resseguradores	Sociedades seguradoras	Sociedades de capitalização	Entidades abertas de previdência complementar
Conselho Nacional da Previdência Complementar (CNPC)	Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc)	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)			

Fonte: Assaf Neto (2012, p. 52).

No âmbito dos objetivos e alcance desta disciplina, não cabe tratamento pormenorizado de cada um dos agentes indicados anteriormente.



Saiba mais

Caso o assunto seja de seu interesse, ou seja, a ampliação dos conhecimentos acerca de todos os participantes do Sistema Financeiro Nacional, leia:

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). *Composição e segmentos do Sistema Financeiro Nacional*. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/composicao.asp>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

O quadro a seguir sumariza as entidades supervisoras e seus respectivos agentes supervisionados.

Quadro 5

Entidades supervisionadas pelo Banco Central (Bacen)	Entidades supervisionadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	Entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep)
<ul style="list-style-type: none"> – Bancos comerciais e múltiplos – Caixa Econômica Federal – Cooperativas de crédito – BNDES – Bancos de desenvolvimento e de investimentos – Instituições de câmbio – Sociedades financeiras – Sociedades de crédito imobiliário – Corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e de câmbio – Sociedades de arrendamento mercantil – Outras 	<ul style="list-style-type: none"> – Companhias abertas com ações negociadas em bolsa de valores – Bolsa de valores, mercadorias e futuros – Operações com valores mobiliários realizadas por sociedades corretoras e distribuidoras – Fundos de investimento – Outros 	<ul style="list-style-type: none"> – Sociedades seguradoras – Sociedades que atuam no resseguro – Entidades abertas de previdência complementar – Outras

Adaptado de: Assaf Neto (2012, p. 54).



Saiba mais

ASSAF NETO, A. *Mercado financeiro*. São Paulo: Atlas, 2012.

Vimos que uma das principais funções do Banco Central é a de controlar a oferta monetária, o que envolve certamente a preocupação da existência ou não de liquidez necessária para que os agentes econômicos continuem suas atividades no sistema, ou seja, para que o fluxo da renda funcione de forma tranquila, sem interrupções por parte do fluxo monetário. Acrescenta-se a tal fluidez a capacidade de os bancos comerciais na criação e multiplicação dos meios de pagamento, o que também auxilia no desenvolvimento do fluxo circular da renda, impulsionando o fluxo monetário. Assim, em termos de economia monetária e com o emprego de termos técnicos, tanto a moeda manual quanto a escritural – que denominamos meios de pagamentos – são também chamados de agregados monetários, e possuem diferentes classificações.

A classificação dos agregados monetários atende aos graus de liquidez, da maior liquidez para a menor, e eles podem variar ao longo do tempo, dependendo da intenção da autoridade monetária e do relacionamento da coletividade com a moeda. Sobre este último evento, Carvalho *et al.* (2007, p. 6), destacam que

A capacidade de demanda de produtos e serviços de uma sociedade e, a princípio, representada pela soma da quantidade de moeda manual com a de moeda escritural presente na economia. Entretanto, tem se tornado

difícil precisar com exatidão a capacidade potencial de demanda do público, porque existem ativos financeiros que podem ser convertidos em moeda com um custo de transação desprezível e em tempo bastante curto. Tais ativos são, por exemplo, os depósitos a prazo que possuem formas, regras de aplicação e remuneração diversas. Em princípio, um depósito a prazo não poderia ser resgatado a qualquer data. Contudo, como estão lastreados em ativos financeiros que possuem um mercado secundário (de revenda) organizado, tais ativos podem ser revendidos e o detentor do depósito a prazo pode transformá-lo em depósito à vista (em tempo bastante curto e com algum custo, em geral, inferior à remuneração auferida).

Portanto, em razão da rapidez e velocidade com que ativos se transformam em liquidez, o Banco Central necessita trabalhar com classificações de determinados ativos para operar seus instrumentos de política monetária e cumprir com seus objetivos e funções.

As estatísticas de diversos agregados monetários e financeiros são, dessa forma, necessárias. São úteis, por exemplo, para se avaliar qual a força dos agentes econômicos para gerar inflação devido a sua capacidade de demanda. Com essas estatísticas, pode-se saber qual é o portfólio (carteira de ativos) do público em cada momento. Podem ser definidas inúmeras estatísticas dessa natureza. Em geral, define-se como meios de pagamento a soma do papel-moeda em poder do público com o total de depósitos à vista. Tal estatística é chamada de M1 (CARVALHO *et al.*, 2007, p. 6).

A necessidade de classificação dos meios de pagamento dá-se então, a partir do que foi admitido, para que o Banco Central faça, digamos, uma previsão do comportamento dos agentes econômicos com relação à moeda enquanto liquidez e seus ativos que rendem juros.

É sabido que uma das principais dificuldades de um economista está em acertar em definitivo qual o comportamento dos agentes face a diversas situações. Para tanto, utiliza-se daquilo que se convencionou adotar: o comportamento do agente racional, representativo. Em períodos de elevada inflação, o agente econômico tende a adquirir rapidamente seus bens para proteger o poder de compra da moeda, e a reserva monetária não utilizada será protegida em aplicações financeiras.

O nível de taxa de juros também influencia o comportamento dos agentes em relação aos seus saldos monetários. Via de regra, taxa de juros elevada influencia o agente a efetuar aplicações financeiras em vez de consumir: afinal, sua recompensa em termos de rendimento pode ser mais atrativa quanto ao consumo presente. O contrário também é verdadeiro. Contudo, nada podemos asseverar, e sim estimar o comportamento. Quem afirma com total segurança quando os bancos comerciais vão diminuir as taxas de juros dos empréstimos? E se os empresários elevarão a demanda por moeda para investimentos produtivos? Quem pode alegar que na mesma situação algum agente econômico preferirá não efetuar aplicações financeiras, mas sim elevar seu consumo? São apenas previsões, mas elas devem ter alguma fundamentação. E é para isso que o Banco Central se utiliza de estatísticas quanto aos meios de pagamento, seja no sentido restrito, seja no sentido ampliado.

Considerar papel-moeda em poder do público bem como os depósitos à vista nos bancos comerciais como meios de pagamento (M1) é considerar os meios de pagamento em seu sentido restrito. Em seu sentido ampliado, é isso que é importante em termos de economia monetária, é trabalhar com indicadores que antecedem possíveis complicações sobre o mercado real que a demanda por moeda pode provocar. Para a autoridade monetária, é vital entender que os saldos mantidos como M1 devem ser aqueles correspondentes às transações necessárias e corriqueiras que a coletividade efetua ao longo do tempo, sem que se comprometa a utilização de saldos de outros ativos que não são concebidos como instrumento de troca, função da moeda. Mesmo com o avanço da economia monetária e dos instrumentos de intervenção monetária adotados pelo Banco Central, notadamente o controle das taxas de juros, têm-se que os agregados monetários devidamente classificados apresentam-se como importantes instrumentos para controle da liquidez do sistema.

Tal classificação não atende somente ao uso da autoridade monetária, no caso do Banco Central, mas também aos próprios participantes do sistema monetário, digam-se os bancos comerciais. De conhecimento de suas estatísticas, e da forma como que seu depositário mantém seus ativos nos bancos comerciais, estes podem desenvolver com maior certeza linhas de empréstimos que auxiliam na multiplicação dos meios de pagamento. Nos conceitos anteriores, aqueles válidos até o ano de 2000, os meios de pagamento estavam assim classificados, por graus de liquidez: no maior grau de liquidez ao menor grau de liquidez:

- $M1 = \text{papel-moeda em poder do público} + \text{depósito à vista}$
- $M2 = M1 + \text{depósitos especiais remunerados} + \text{quotas de fundos de renda fixa de curto prazo} + \text{títulos públicos de alta liquidez}$
- $M3 = M2 + \text{depósitos de poupança}$
- $M4 = M3 + \text{títulos emitidos por instituições financeiras}$



Observação

Quanto mais distante de M1, menor é a liquidez do agregado.

Os novos conceitos, que passaram a vigorar no Brasil a partir do ano de 2001, adotam, em seu conceito de meios de pagamento ampliado, a classificação por seus sistemas emissores, e não mais a simplificação por grau de liquidez.

O M1 é gerado pelas instituições emissoras de haveres estritamente monetários, o M2 corresponde ao M1 e às demais emissões de alta liquidez realizadas primariamente no mercado interno por instituições depositárias – as que realizam multiplicação de crédito. O M3, por sua vez, é formado pelo M2 e captações internas por intermédio dos fundos de renda fixa e das carteiras de títulos registrados no Sistema Especial de

Liquidação e Custódia (Selic). O M4 engloba o M3 e os títulos públicos de alta liquidez (BACEN, [s.d.]).

Com a adoção dos novos critérios, os meios de pagamento ficam classificados assim:

- Meios de pagamento restritos
 - M1 = papel-moeda em poder do público + depósitos à vista
- Meios de pagamento ampliados
 - M2 = M1 + depósitos especiais remunerados + depósitos de poupança + títulos emitidos por instituições depositárias
 - M3 = M2 + quotas de fundos de renda fixa + operações registradas no Selic
- Poupança financeira
 - M4 = M3 + títulos públicos de alta liquidez

Pela descrição da nova classificação, podemos perceber que o que se convencionou adotar como critério para o M1 não sofreu alteração: continua exatamente da forma como era anteriormente, tendo seus saldos gerados por instituições emissoras de haveres estritamente monetários. Por seu turno, o M2 passa a integrar os meios de pagamento em conceito ampliado. Continua a englobar o M1 acrescido das demais emissões de alta liquidez realizadas primariamente por instituições depositárias no mercado interno. Quem são as instituições depositárias? Aquelas que multiplicam o crédito, a saber, os bancos comerciais e múltiplos, as caixas econômicas, os bancos de desenvolvimento, as agências de fomento, as sociedades de crédito, as associações de poupança e empréstimos bem como as companhias hipotecárias (PAULANI; BRAGA, 2012, p. 263).

Avançando em termos de classificação, assim como o M2, os saldos de M3 também sofrem alteração ante a nova regra: englobam os saldos de M2 bem como os saldos dos fundos de renda fixa e das carteiras de títulos registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). Por fim, mas não menos importante, o M4 passa a ser denominado poupança financeira: representa os saldos de M3 e os títulos públicos de alta liquidez. O quadro a seguir acentua tanto os componentes dos agregados quanto seus emissores.

Tabela 15 – Classificação atual dos agregados monetários

M1	Sistema emissor: consolidado monetário (passivo monetário restrito do Banco Central e bancos criadores de moeda escritural: bancos múltiplos com carteira comercial, bancos comerciais e caixas econômicas). M1 = papel-moeda em poder do público + depósito à vista
M2	Sistema emissor: consolidado bancário menos fundos de renda fixa (passivo monetário restrito do Banco Central e passivo monetário ampliado emitido principalmente pelas instituições depositárias). M2 = M1 + depósitos especiais remunerados + depósitos de poupança + títulos emitidos por instituições depositárias
M3	Sistema emissor: consolidado bancário (passivo monetário restrito do Banco Central e passivo monetário ampliado das instituições depositárias e fundos de renda fixa). M3 = M2 + quotas de fundos de renda fixa + operações compromissadas registradas no Selic
M4	Sistema emissor: consolidado bancário mais governo (passivo monetário ampliado do Banco Central, instituições depositárias, fundos de renda fixa e tesouros nacional, estaduais e municipais) M4 = M3 + títulos públicos de alta liquidez

Fonte: Paulani; Braga (2012, p. 263).



Saiba mais

Veja no site do Banco Central do Brasil as estatísticas recentes referentes à nova classificação dos meios de pagamento, tanto em sentido restrito quanto no ampliado. O acesso ao link

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). *Série histórica dos meios de pagamento ampliados*. Brasília, 22 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/infecon/seriehistmpamp.asp>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

6.4 Demanda por moeda

Como estudamos os principais determinantes das condições de oferta de moeda nas economias modernas, podemos tratar das condições da demanda também apoiados em teorias, afinal, o que faz os agentes econômicos demandar moeda? Qual o principal motivo que leva parte da coletividade em manter seus saldos monetários em ativos que não geram algum rendimento a seu possuidor? Outra pergunta que desponta é: qual a quantidade de moeda que os agentes desejam reter em determinado momento de tempo? Não são questões para respostas rápidas, faz muito tempo que vários economistas se empenham em buscar respostas que por algum momento foram satisfeitas à comunidade especializada em teoria econômica e que passaram a ser questionadas por outros teóricos. É o que passaremos a fazer.

6.5 As teorias de demanda por moeda

Iniciaremos a análise das teorias explicativas da demanda por moeda com base na teoria quantitativa da moeda que se encontra também entre as teorias desenvolvidas pelos chamados economistas clássicos. Como sabemos, a escola clássica foi uma das mais importantes escolas do pensamento econômico por procurar criticar o pensamento mercantilista até então dominante. O principal destaque da escola clássica está calcado na questão do liberalismo econômico, que possui expoentes como Adam Smith, John Stuart Mill, Alfred Marshall, só para citar alguns. É nesse ambiente que se desenvolve a teoria quantitativa da moeda.

6.5.1 Teoria Quantitativa da Moeda (Fisher e Escola de Cambridge)

A Teoria Quantitativa da Moeda (TQM), em sua versão original, foi concebida em torno do pensamento da escola do liberalismo clássico encontrada nas principais contribuições de Pigou, Marshall, Knut Wicksell e Irving Fisher, este último é o de maior relevância para o assunto. A princípio, a pergunta é a seguinte: quais são as razões que levam os agentes econômicos a demandar moeda?

Para os economistas clássicos que empreendem sua visão acerca da economia monetária, uma das razões está na não existência de sincronia entre os fluxos de recebimentos e pagamentos a que os agentes econômicos estão expostos. Um trabalhador, por exemplo, recebe seu salário e não o gasta no mesmo momento, mas sim em um período determinado, aguardando até que o próximo seja recebido. Como o pagamento de suas despesas está dividido ao longo deste tempo, deve manter um encaixe monetário para poder efetuar bem suas transações.

Outra razão reside no fato de que os agentes econômicos não têm certeza quanto ao futuro, portanto, suas previsões não são as mais corretas possíveis. Eventos inesperados podem ocorrer, e o montante de despesas que tais eventos ensejarão não é calculado com assertividade, ou seja, é preciso manter saldos monetários para cobrir tais contingências, é uma questão de precaução.

Até aqui, a moeda é entendida apenas como um ativo usado como forma de transação para pagamentos das despesas que são previstas, as diárias, previsíveis, bem como utilizada como medida de prevenção. As pessoas não tinham a noção de que a moeda poderia gerar a seu possuidor um fluxo monetário via rendimentos, preservando seu valor ao longo do tempo. Conforme explica Berchielli (2003, p. 109),

Dessa forma, o primeiro motivo para demandar moeda depende do valor e do número de transações realizadas em um intervalo de tempo. Podemos considerar o nível geral de preços, P , e o produto real da economia, Y , como aproximações para o valor médio de cada transação e para o número de transações, respectivamente. No curto prazo, um aumento do produto real indica que mais bens e serviços estão sendo produzidos e, portanto, transacionados. Da mesma forma, quando o preço dos produtos aumenta, a negociação de quantidades iguais envolve valores maiores.

A teoria quantitativa da moeda tem sua origem naquilo que os economistas convencionam chamar de equação de trocas, representada por uma identidade que relaciona, de um lado, o fluxo monetário disponível a ser conhecido pela multiplicação do estoque de moeda na economia, M , e sua velocidade de circulação, V , e, de outro, o uso do mesmo fluxo, só que agora expresso em termos da multiplicação do nível geral de preços da economia, P , com a quantidade de transações efetuadas entre os agentes econômicos, T . Assim, sua formação será:

$$MV = PT$$

onde:

M = representa a quantidade ou estoque ou oferta de moeda.

V = velocidade de circulação da moeda, seu *turnover*.

P = nível geral de preços em termos nominais.

T = quantidade total de transações físicas de bens e serviços.

O lado esquerdo da equação indica o total das transferências de moeda entre os agentes econômicos, o lado direito corresponde ao total das transferências de bens e serviços entre os agentes econômicos. A equação de trocas reflete exatamente o fluxo circular da renda: do lado esquerdo, o fluxo monetário; do lado direito, o fluxo real.

Da forma como foi apresentada e até então desenvolvida pela Escola de Chicago e popularizada na versão de Irving Fisher, demonstra que os preços sofrem variação como razão direta da quantidade de moeda em circulação, considerando como constante a velocidade de circulação da moeda, bem como o volume de transações que a coletividade exerce. Sobre este aspecto, para que a equação de trocas seja efetivamente transformada em teoria,

Torna-se necessário introduzir equações comportamentais. Na teoria quantitativa original, são duas essas hipóteses: primeiramente, as quantidades transacionadas na economia são determinadas no setor real independentemente das forças monetárias. Sendo assim, na análise monetária, essas quantidades tornam-se predeterminadas. Segundo, a velocidade de circulação da moeda, embora variável no tempo, é considerada uma constante, pelo menos no curto prazo. Com essas duas hipóteses comportamentais, a equação de trocas se transforma na teoria quantitativa da moeda cuja proposição básica estabelece uma proporcionalidade direta entre a quantidade da moeda e o nível de preços (TEIXEIRA, 2002, p. 74).

Considerada pelos principais autores de economia monetária mais como uma teoria que procura causa e efeito entre variação de preços e volume de moeda em circulação do que efetivamente uma teoria que busca compreender os fatores que determinam a demanda por moeda por parte da coletividade, a

Teoria Quantitativa da Moeda assume neutralidade da moeda no longo prazo, e no curto prazo o volume de moeda afeta variáveis reais com possibilidade de inflação.

Como a teoria foi desenvolvida antes de Keynes, está claramente apoiada na lei de Say, aquela que apregoa que a oferta cria sua própria procura, portanto, é uma teoria que analisa a economia pelo lado da oferta, no caso, o lado da oferta monetária com tendências de equilíbrio no longo prazo, assim como assumido pelos clássicos.

A primeira versão dessa teoria foi formulada por Simon NewComb, em 1885, e difundida por Irving Fischer, em 1911. Parte-se de uma identidade entre o total de meios de pagamento em moeda e o total de bens e serviços transacionados, ou seja, a cada troca de bens e serviços, o pagamento por essa compra e venda em moeda e o preço desses produtos são iguais, portanto, a quantidade de moeda paga nas transações é idêntica ao valor monetário dos produtos (CARVALHO *et al.*, 2007, p. 31).

Avaliando a equação de trocas, vê-se que o volume de moeda em circulação é uma variável de possível mensuração devido ao controle de emissão por parte da autoridade monetária. O nível de preços é dado, mesmo que variável ao longo do tempo, bem como uma variável da equação passível de controle e mensuração. A velocidade de circulação da moeda também pode ser conhecida através de dados e mensurações estatísticas. Assim, a mensuração das quantidades transacionadas era de difícil operação à época, o que ensejou a reformulação da própria equação.

Uma dessas alterações seria entendê-la do ponto de vista da renda, e foi chamada versão renda:

$$MV_y = P_y Y$$

Assim, M indica o estoque agregado de moeda, V_y a velocidade renda, P_y um índice de preços de bens e serviços finais e Y um índice de quantidade representativo da produção real final. Esta própria versão efetua outra revisão. O que se altera em relação à primeira versão é o seguinte: do lado direito, em vez de expressar preços multiplicado pelo volume de transações, PT , passou-se a utilizar a mesma relação em termos do PIB real, PY . Então, a nova equação é indicada da seguinte forma:

$$MV = PY$$

Vejam os que sinaliza Carvalho *et al.* (2007, p. 32) sobre o assunto:

A teoria quantitativa diz que – uma vez que a velocidade de circulação e o volume de comércio sejam constantes – um aumento na quantidade de moeda em circulação faz com que os preços aumentem na mesma proporção. A TQM se apoia, portanto, na ideia fundamental de que a moeda não tem nenhum poder de satisfazer os desejos humanos, exceto o poder de comprar bens e serviços. A moeda é apenas um meio de troca usado como ponte do hiato entre recebimentos e gastos dos agentes.

Pela versão conhecida até então, o que se assume é que a coletividade utiliza em suas trocas todo o montante monetário que tem a sua disposição sem qualquer possibilidade de retenção da moeda, afinal, está de acordo com os economistas clássicos, notadamente Say, em que o entesouramento não era apreciado. Considerando a possibilidade de os agentes econômicos em efetuar retenção, reservar parte da moeda consigo, mesmo que por períodos bastante temporários, curtos, torna-se necessário assumir que aquela parte da moeda que não foi colocada em circulação pela coletividade, portanto, não transformada em consumo, interfere no bom desenvolvimento do sistema, causando inclusive imperfeições na lei, em que a oferta gera a procura correspondente.

Admitindo, também, que os encaixes para fins de segurança representem uma proporção da renda nominal, os economistas clássicos chegaram a uma equação de demanda agregada por moeda na qual a quantidade nominal de moeda que os agentes demandariam seria diretamente proporcional ao produto nominal da economia (BERCHIELLI, 2003, p. 109).

Com base nisso, surge uma nova versão da teoria – *cash-balance* ou versão de Cambridge –, incorporando a noção de que os agentes possam usar a moeda como reserva temporária de valor.



Observação

Com a nova formulação, a teoria passa a considerar mais uma função da moeda, além daquela de servir de intermediário de trocas: passa a ser reserva de valor.

Com tal reformulação, a nova equação fica assim:

$$M = kPy$$

Onde:

M = demanda por moeda.

k = coeficiente de retenção da oferta monetária.

Py = PIB nominal.

Conforme declara Além (2010, p. 119),

Essa versão da TQM segue o mesmo resultado da versão anterior, tendo em vista que considera que k e y tendem a ser constantes no longo prazo. A renda real é dada a longo prazo pelo funcionamento da lei de Say. Sendo assim, no longo prazo há uma proporcionalidade entre expansão na oferta monetária e expansão no nível geral de preços. Partindo da equação de saldos de caixa

de Cambridge, onde $M = kPy$, com k e y constantes, tem-se uma relação proporcional constante a longo prazo entre nível geral de preços e estoque monetário. A longo prazo, todo aumento na oferta monetária acima do crescimento do produto real se refletirá em aumento do nível de preços.

Tomando a TQM em sua versão de Cambridge quanto ao parâmetro k , também chamado de **constante marshalliana**, admitindo-se seu valor como fixo no curto prazo, o questionamento que se fez à época era saber quais os fatores que explicavam a decisão do público em reter moeda. Lopes e Rossetti (2005) elencam alguns destes motivos:

- a periodicidade entre recebimentos e pagamentos por parte da coletividade;
- nível de acesso da sociedade ao crédito, observando que em períodos de fácil concessão a demanda por moeda para gastos não programáveis se retrai;
- grau de eficiência do sistema de compensação, bem como dos processos de comunicação entre os débitos e créditos que ampliam ou diminuem a ociosidade da moeda estrutural;
- o grau de integração vertical do sistema econômico;
- existência de substitutos próximos da moeda, as chamadas quase-moeda;
- o nível de taxa de juros de mercado;
- a taxa de inflação.

Independentemente da forma que se observa a teoria quantitativa da moeda, ela não deixa de ser uma tautologia: os resultados obtidos em um lado da equação serão iguais ao resultado a ser obtido do outro lado. Ela representa uma identidade contábil de causa-efeito. Por qual motivo? Simples: a moeda é neutra no curto prazo. Os economistas desenvolvedores de tal teoria partem do princípio de que a economia se encontra em pleno emprego, e não é possível elevar o nível de produção por conta das condições da economia, sendo certo que a elevação na demanda nominal provoca aumento no nível geral de preços, sem que seja alterada a renda real da economia, dado que a oferta de moeda é constante no curto prazo. O gráfico a seguir reflete o que afirmamos: M representa o estoque de moeda, M^d a demanda por moeda, p o nível de preços e y a renda.

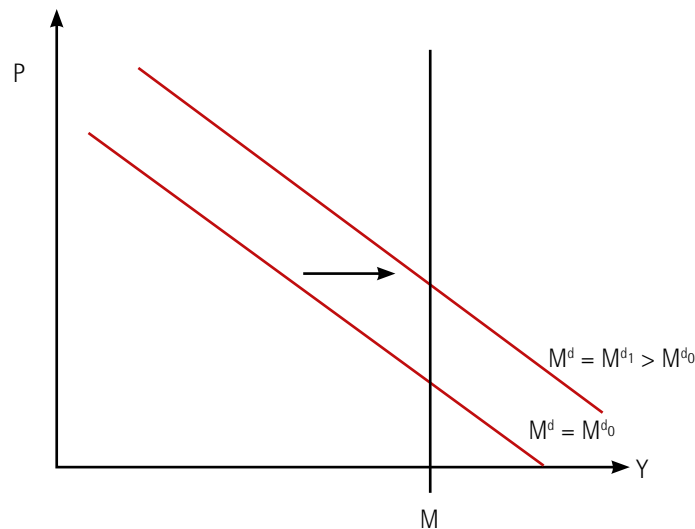


Figura 25

Com o passar dos tempos, percebeu-se que era necessário avaliar os efeitos da velocidade das transações em razão da velocidade-renda da moeda, e não simplesmente da quantidade de vezes que a moeda era trocada de mão em mão. Deve-se levar em consideração que o nível de renda da coletividade também impacta no volume de transações que esta mesma coletividade está apta a efetuar. Então, a renda dependeria da quantidade de moeda em circulação assim como a quantidade de moeda em circulação também dependeria da renda da coletividade. No entanto, conforme bem destaca Berchielli (2003, p. 111),

Quais são os mecanismos que fazem com que aumentos no estoque de moeda impliquem elevação da demanda agregada? Por que agentes com mais moeda nos bolsos gastarão em bens, e não em títulos ou em ativos? Essas questões não foram satisfatoriamente resolvidas pelos economistas clássicos.

6.5.2 A teoria monetária de Keynes

Logo após as reformulações da teoria quantitativa da moeda e o reconhecimento de que as economias não mais tendiam ao equilíbrio como se imaginava, Keynes procura oferecer uma teoria monetária alternativa àquelas até então prevalentes. Assumindo que a moeda também desempenha a função de reserva de valor, portanto, que pode ser entesourada, ela deixa de ser considerada neutra tanto no curto como no longo prazo, considerando agora a endogeneidade da moeda e sua não neutralidade.

Com base nisso, a quantidade de moeda disponível na economia afeta as variáveis reais da economia, a exemplo do emprego, da produção, do consumo e do próprio investimento que a gerou. Em Keynes, também não deixa de lado outra importância da moeda, qual seja, ser o ativo mais líquido que existe na economia. Carvalho *et al.* (2007, p. 46) destacam muito bem o que afirmamos.

Pelo seu atributo de liquidez por excelência, a moeda acalma as inquietações dos agentes diante das incertezas do futuro, que são características de uma economia monetária. Assim, quanto maior a

incerteza percebida pelos agentes, maior tenderá a ser a retenção de moeda por parte deles, para fazer frente à imprevisibilidade de um futuro que depende das decisões e comportamento de todos os outros agentes que operam nesta economia. Quando as expectativas dos agentes são pessimistas, eles podem demandar segurança e flexibilidade no presente para enfrentar o futuro, representadas por um ativo seguro, que é a moeda. A posse da moeda permite aos agentes manter opções abertas perante a incerteza do futuro. Logo, *coeteris paribus*, quanto mais incerto é o futuro, maior é a preferência pela liquidez dos agentes. Note-se que para Keynes incerteza não se confunde com risco probabilístico, pois refere-se a determinados fenômenos econômicos para os quais não existe qualquer base científica para formar cálculos probabilísticos.

Segundo o excerto, para Keynes o futuro está repleto de incerteza e os agentes decidem seu futuro com base naquilo que percebem e agem no presente com base nas informações que detêm. Como a moeda está no centro das decisões dos agentes, eles devem decidir como efetuar a melhor alocação de seus recursos monetários. Estamos acentuando o que Keynes chamou de motivos que levam a coletividade a demandar moeda. Para ele, são três motivos: transação, precaução e especulação.

O **motivo transação** remete à moeda exercendo sua função meio de troca, intermediária de trocas totalmente dependente do nível de renda do agente econômico. Quanto maior o nível de renda, maior será a demanda por moeda neste motivo. Em períodos recentes, representaria o montante de moeda que um agente econômico necessita para efetuar seus gastos corriqueiros, aqueles considerados fixos, que sempre acontecem até que se receba outro volume monetário igual àquele preservado para este motivo. A esse respeito, Lopes e Rossetti (2005) esclarecem que este motivo foi dividido em duas partes na teoria de Keynes: a primeira – motivo renda, refere-se à necessidade de os indivíduos manterem saldos que garantam os pagamentos de suas despesas até que os recebem novamente. A segunda – giro de negócios – está no âmbito das empresas e no intervalo em que recebem por suas vendas e pagam os insumos utilizados na produção, bem como remuneram sua força de trabalho.

Já o **motivo precaução** versa que, como o agente econômico não sabe com certeza o que acontecerá no futuro, deve preservar algum volume monetário para algum infortúnio, algum evento que não estava esperando, ou seja, teria que gastar com o que não esperava ou apostar monetariamente em alguma aplicação financeira temporária.

Devemos admitir que os motivos transação e precaução já estavam explicitados na teoria quantitativa da moeda dos clássicos. Keynes também admite tais motivos, mas o que difere as visões dos teóricos é a procura motivada por especulação, isto é, o uso da moeda como forma de produzir rendimentos presentes e principalmente futuros. É aqui que surge outro motivo, e assim Keynes consegue avançar em seus estudos de uma teoria monetária, onde agirá a política monetária. Estamos nos referindo ao **motivo especulação**: neste, a demanda por moeda por parte de um agente econômico será maior ou menor não só por causa de seu nível de renda, mas sobretudo em razão das taxas de juros do mercado, não sendo irracional manter ativos monetários para satisfazer oportunidades especulativas.

Se os juros estiverem elevados, os agentes econômicos preferirão adquirir títulos a manter a moeda em sua forma manual. O contrário também será verdadeiro, assumindo a relação inversa entre demanda por moeda pelo motivo transação e taxa de juros – quanto maior (menor) for a renda, maior (menor) será a demanda por moeda; quanto maior (menor) for a taxa de juros nominal, menor (maior) será a demanda por moeda.

Assim, a função demanda por moeda keynesiana pode ser expressa da seguinte maneira:

$$L = L_t(Y) + L_s(i)$$

Na equação, L indica a demanda por moeda, $L_t(Y)$ a demanda por moeda pelo motivo transação como dependente do nível de renda, e $L_s(i)$ a demanda por moeda pelo motivo especulação, dependente do nível de taxa de juros.



Observação

Na função demanda por moeda keynesiana, em $L_t(Y)$ estão inseridos os motivos demanda por moeda para transação e para precaução. Por convenção, lê-se demanda por moeda pelo motivo transação, mas o outro também está lá.

A função demanda por moeda pelo motivo transação pode ser assim representada:

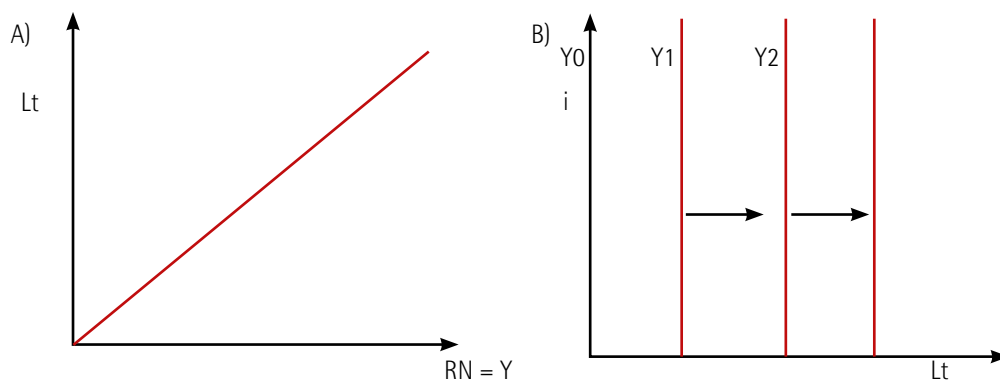


Figura 26

Observando o gráfico (a), é possível perceber que a demanda por moeda pelo motivo transação depende do nível de renda: elevação no nível de renda aumenta a necessidade de demanda para transações e precaução, ao passo que queda da renda provoca queda na demanda pelos mesmos motivos. Como tais razões não apresentam, do ponto de vista dessa teoria, nenhuma ligação com as taxas de juros, em (b) fica claro que deslocamentos positivos na demanda por moeda pelo motivo transação são verificados quando o nível de renda também se desloca.

Lopes e Rossetti (2005, p. 71) fazem advertências quanto ao exposto:

- Em época de desemprego, tratando-se de uma economia moderna regida por contratos, os preços e os salários não estão livres para variar automaticamente e assim promover o reajustamento natural do sistema econômico.

[...]

As quantidades produzidas se ajustam aos níveis de demanda efetiva. Isto significa que os simples ajustamentos no nível dos preços, resultantes da interação da oferta e da demanda monetárias, não são condições suficientes para que a economia opere em situação permanentemente próxima do pleno emprego.

- Na versão keynesiana a velocidade da moeda é considerada como variável, o que a distingue da versão dos economistas clássicos, para os quais essa velocidade era admitida como constante a curto prazo.
- No âmbito dos motivos transacionais e precaucionais, Keynes insere a possibilidade de retenção de moeda para o atendimento de determinadas despesas planejadas, e não apenas para fazer face às despesas correntes do período. Isso significa que podem ocorrer aumentos na quantidade demandada de moeda para transações, precedidos de expansão no montante do rendimento agregado. Neste ponto, Keynes levanta o problema do sentido da causalidade entre moeda e atividade econômica.

Agora vejamos a função demanda por moeda pelo motivo especulação:

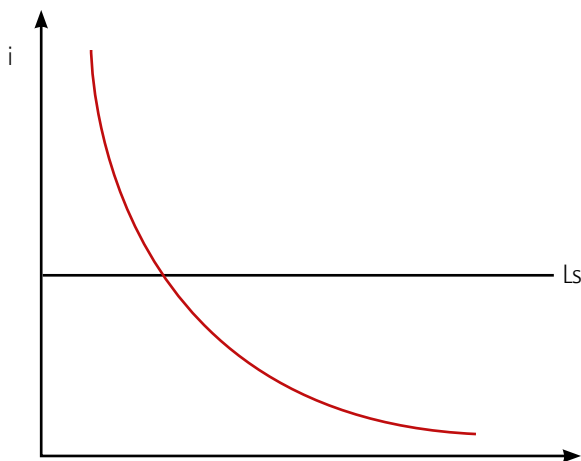


Figura 27

Desse modo, vê-se a relação inversa entre L_s e i . Há uma explicação para isso.

Embora revele a existência de uma relação inversa entre a taxa de juros e a demanda de moeda para especulação, a função L_s apresenta um segmento perfeitamente elástico em relação a i . Neste segmento, geralmente conhecido por armadilha da liquidez, os que possuem ativos monetários são unânimes quanto à expectativa de que a taxa de juros já se encontra tão baixa que não seria possível baixar ainda mais – isto equivale a dizer que ninguém espera que os preços dos títulos se elevem ainda mais. Estando a função nesse segmento, estabelece-se uma verdadeira armadilha para as autoridades monetárias, no sentido de que estas não lograrão êxito se, neste instante, desejarem baixar ainda mais a taxa de juros via expansão da oferta monetária (LOPES; ROSSETTI, 2005, p. 78).

Da mesma forma que Keynes inova ao ampliar a discussão acerca do motivo especulação em sua teoria demanda por moeda, outros teóricos também destacam algumas imperfeições nela. Por exemplo: se o agente opta por manter moeda para transação, deve abrir mão da especulação. Assim, coloca as opções como excludente uma da outra. Outra irregularidade é que o motivo especulação não mais existiria no caso de estabilidade por tempo prolongado da taxa de juros e a um nível que os agentes econômicos consideram baixos. Keynes acentua outra imperfeição. Para ele, os agentes econômicos não têm certeza quanto ao futuro, pois este é incerto: do ponto de vista da realidade, parece que os agentes conhecem o futuro porque tomam suas decisões no presente dotados de certeza. Conforme despontam imperfeições teóricas, surgem análises alternativas.

6.5.3 Os modelos neoclássicos keynesianos

Como os modelos desenvolvidos a partir dos keynesianos, os modelos neoclássicos desenvolvidos durante os anos 1950 consideram que os agentes econômicos inserem cálculos probabilísticos em suas decisões. Entre eles, há o modelo de escolha de carteiras – desenvolvido por James Tobin, um dos primeiros teóricos a tentar explicar melhor algumas das imperfeições deixadas pela visão keynesiana. Tobin procura elucidar por que a demanda por moeda pelo motivo transação não depende exclusivamente da renda, mas também é impactada pela taxa de juros. Os pontos-chave são:

- o agente é capaz de calcular as probabilidades de risco de se manter uma carteira diversificada de ativos de forma a obter ganhos mais expressivos;
- o retorno total dos títulos que possui é advindo da soma da taxa de juros mais os ganhos de capital;
- quanto maior a quantidade de títulos na formação da carteira do agente, maior o risco de seus investimentos;
- o agente requer maior retorno de seus ativos, que deverão compensar o risco incorrido;

- as preferências dos agentes são indicadas em termos de um conjunto de curvas de indiferença entre riscos assumidos e retornos;
- a maximização de sua satisfação estará no ponto em que a combinação do risco e retorno tangenciar sua curva de restrição orçamentária.



Observação

Os pontos-chave do modelo remetem a questões mais microeconômicas do que macroeconômicas. Motivo: estão na decisão individual do agente econômico maximizador de suas funções, neste caso, função demanda por moeda.

O modelo de Tobin descreve as opções que são colocadas a um agente, que deve fazer suas escolhas entre manter moeda e títulos sabendo que a moeda, ao mesmo tempo que não gera incerteza, também não rende qualquer retorno ao longo do tempo, enquanto o título rende um retorno chamado juros (i). Contudo, sua posse implica risco, pois quando da venda deste título, seu preço poderá ser maior ou menor que quando adquirido: está aí mais uma variável influenciando a remuneração total a ser obtida, ou seja, g , o ganho ou perda do capital. Tendo isso em mente, o que se coloca no modelo de Tobin é saber qual proporção tal agente dividirá sua carteira entre moeda e título, ou seja, de que forma montará seu portfólio sabendo que a remuneração esperada e gerada por uma carteira de títulos e moeda será $i + g$?

A resposta está na compreensão do seguinte: se a taxa de juros se expandir, induzirá maiores retornos totais. Então, mantida a restrição orçamentária e a ideia de maximização de sua satisfação entre risco e retorno, o agente destinará maior parcela de recursos para aplicação em títulos. Se pensarmos em termos de teoria de demanda por moeda, incorporamos no motivo demanda por moeda o motivo especulação de uma variável: a aversão ao risco por parte do agente. Vejamos o que diz Além (2010, p. 122):

Supõe-se que os riscos atribuídos a cada composição de carteira sejam plenamente calculáveis: dada a distribuição de probabilidade dos rendimentos de cada um dos ativos, a tarefa do indivíduo otimizador de uma função utilidade consiste em selecionar a combinação de moeda e títulos que proporcionem uma posição ótima do ponto de vista do desejo de obter os maiores rendimentos aos menores riscos.

[...]

Para Tobin, em equilíbrio, a demanda especulativa por moeda deveria desaparecer, a não ser que os agentes sejam irracionais e incapazes de aprender com a realidade que testemunham: caso a taxa de juros permaneça inalterada por um período mais ou menos logo, acharão que essa taxa é a normal.

Assumindo que expansão de taxa de juros induz à maior colocação de títulos na carteira do agente, portanto, em maior risco combinado com maiores retornos esperados, a função de demanda de moeda para especulação apresenta-se inversa à taxa de juros, de forma semelhante à da versão keynesiana. Vejamos como é representada a função demanda agregada de moeda de Tobin. Em (a) temos a quantidade de renda que o agente dedica para a aquisição de títulos e a relação entre a taxa de juros e os riscos assumidos. Em (b) vemos a demanda por títulos em função das taxas de juros.

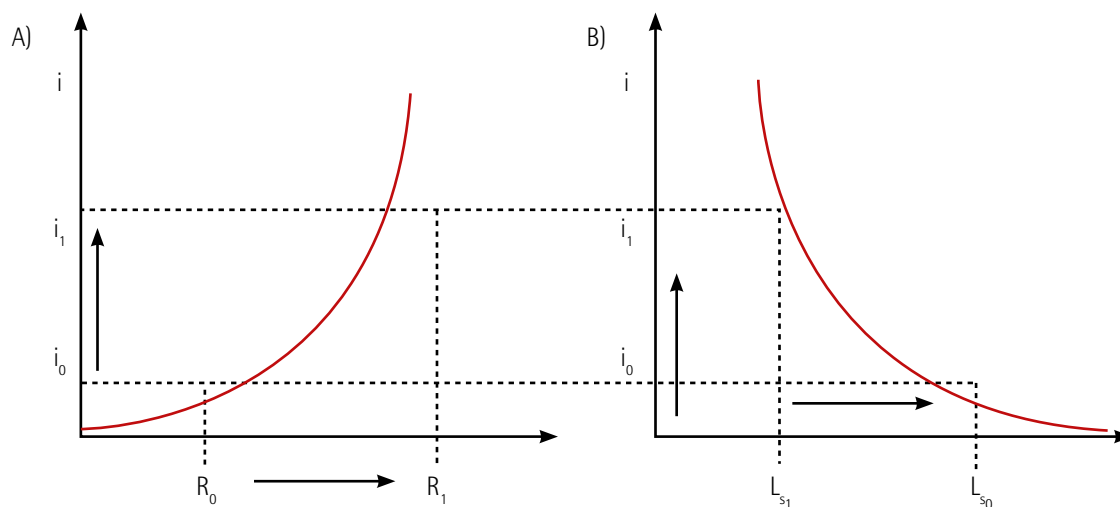


Figura 28

Outra abordagem que se insere neste debate é aquela desenvolvida por Tobin-Baumol.

Iniciaremos com a principal motivação de Baumol: a de que manter saldos em moeda corrente faz o agente econômico ter a noção de existir em mãos um estoque de instrumento de troca como se este estoque fosse de uma mercadoria qualquer.

Semelhantemente ao que ocorre com o processo racional de administração de estoques, os agentes econômicos que detêm saldos monetários procuram administrá-los de forma a manter lotes mínimos que cubram as solicitações correntes, reduzindo a ociosidade tanto quanto seja possível, segundo critérios de racionalidade. No caso específico dos estoques monetários para transações, Baumol admite que a sua manutenção envolve custos de oportunidade não desprezíveis, representados pelo fato de não estarem rendendo juros aos seus detentores (LOPES; ROSSETTI, 2005, p. 85).

No modelo desenvolvido por William Baumol, também conhecido como modelo Tobin-Baumol, o agente recebe, no início do período, uma determinada renda e a mantém depositada em uma conta-corrente de elevada liquidez; nesta podem ser efetuados saques de qualquer valor a qualquer momento, mas há um custo fixo para cada um, independentemente do valor.

Os diferentes meios de pagamento e da conversão de quase-moeda em moeda geram um custo, e o custo tratado aqui neste modelo pode ser interpretado como o custo de se ir ao banco sacar moeda ou mesmo o de se fazer uma transação monetária via internet: o tempo gasto na atividade é um custo e deve ser levado em consideração.

Aqui, os agentes podem em um determinado período de tempo, preferir aplicar parte de seus recursos em títulos na busca de juros como forma de rendimento, preservando outra parte de moeda na forma líquida para transações correntes conforme se altera a taxa de juros. A ideia subjacente é a de que o agente econômico deve manter o mínimo possível de moeda corrente para procurar melhores rendimentos nas aplicações, transformando moeda líquida em quase-moeda ou mesmo manter saldos para suas transações. Daí o nome desta abordagem: moeda transacional. Nela, temos o volume monetário que o agente deverá utilizar ao longo de algum tempo, e o que não for usar hoje deverá estar aplicado para ser resgatado quando necessário.

Tal aplicação é remunerada conforme os saldos médios mantidos durante o período, e os gastos do agente são distribuídos uniformemente ao longo do tempo, de forma que renda e gastos estão em um mesmo período. Então, o agente terá que decidir a quantidade de vezes que deverá ir ao banco para fazer seus saques da aplicação. Caso vá ao banco no mesmo dia em que acontecer o depósito em sua conta e efetuar o saque do saldo total, não precisará retornar, e seu custo será minimizado.

Em outras palavras, o que o modelo Tobin-Baumol quer explicar é: como o agente tem à sua disposição a oportunidade de deixar saldos monetários aplicados e que renderão (caso não utilizados), a taxa de juros influenciará o montante que deixará aplicado. Assim, a existência dos juros e a oportunidade de deixar seus saldos monetários em aplicações retarda a transformação da moeda, exercendo sua função reserva de valor no motivo especulação em moeda manual para que exerça sua função intermediária de trocas.

Por complicações do modelo, não se pode afirmar qual será a quantidade ótima de vezes que um agente econômico deve ir ao banco efetuar suas conversões e seus saques, pois cada agente representa um relacionamento diferente no tocante aos seus saldos, o modelo trabalha em termos de saldos médios. Essa hipótese seria expressa do seguinte modo:

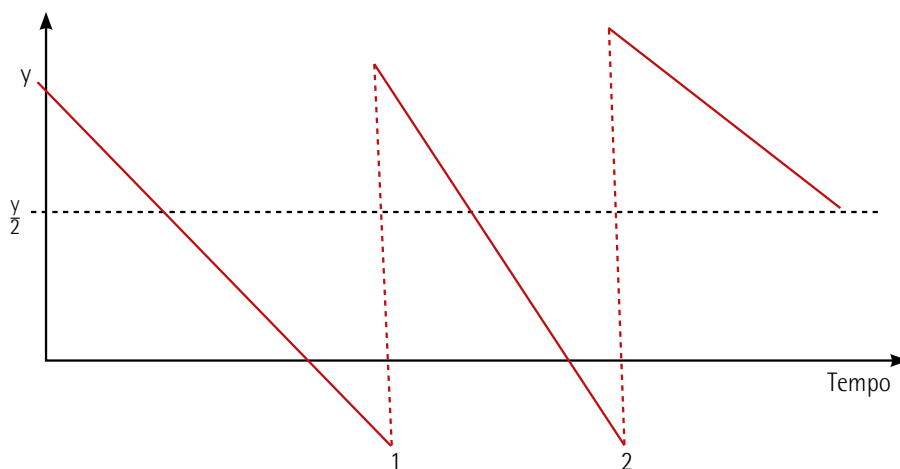


Figura 29

Vejamos o que acentuam Carvalho *et al.* (2007, p. 70):

No instante inicial, logo após o saque, a quantidade de moeda em poder do agente é igual ao valor da renda Y . Este reduz-se linearmente ao longo do período, pois é gasto na aquisição de bens e serviços de forma uniforme. No final do período, esse estoque é reduzido a zero. O saldo médio de moeda mantido durante esse período de tempo é igual a $y/2$, e se continuar aplicado rende juros.

A que juros estaria tal remuneração? O valor nominal dos juros seria:

$$C1 = \left(\frac{Y}{2} \right) \cdot i$$

Assim, i é a taxa de juros nominal, e $C1$ indica o custo de efetuar a transferência da aplicação para a conta-corrente, portanto, de efetuar o saque.

A demanda transacional apresenta-se como uma função direta do nível de renda e inversa em relação à taxa de juros.

A principal conclusão da abordagem de Tobin-Baumol para a demanda de moeda para transações é que

As elevações da taxa de juros resultam em uma ampliação do número de transações e, conseqüentemente, aumento do montante de moeda aplicado em títulos. Logo, a demanda por moeda para fins transacionais reage às mudanças nas taxas de juros, provocando um movimento inverso na demanda por moeda para transação (CARVALHO, 2007, p. 72).

Por fim, a função demanda será expressa assim:

$$L_t = f(y, r)$$

A demanda por moeda L_t é uma função da renda (y) e da taxa de juros (r).



Resumo

Estudamos nesta unidade as medidas de atividade econômica e a Teoria Macroeconômica. Vimos as diferenças entre os diversos agregados macroeconômicos, bem como entre o valor bruto da produção e o valor agregado.

Aprendemos como se calcula o PIB. Além disso, foram consideradas as políticas de que o governo se utiliza para conduzir a sociedade. Nesse contexto, foi possível perceber que a macroeconomia estuda a coordenação geral das atividades econômicas, isto é, a forma e os meios pelos quais uma economia, com milhares de produtos e de agentes, pode funcionar em harmonia e, na maioria das vezes, encontrar o equilíbrio ou tender a ele. Contudo, como nem sempre esse equilíbrio geral é atingido, a macroeconomia também analisa as razões ou causas das falhas dessa coordenação, bem como as suas possíveis correções, por meio de políticas econômicas apropriadas. Essas falhas se manifestam por desequilíbrios, tais como instabilidade do nível de preços, do balanço de pagamentos e do crescimento da renda com repercussões na oferta de emprego. Diante dessas falhas, temos a condução da política econômica como norteadora dos objetivos que um governo pretende traçar para sua sociedade.

A política monetária enfatiza sua atuação sobre os meios de pagamento, títulos públicos e taxas de juros, modificando o custo e o **nível de oferta do crédito**. O Banco Central costuma realizar diversos empréstimos, conhecidos por empréstimos de assistência à liquidez, às instituições financeiras, visando equilibrar suas necessidades de caixa diante de um aumento mais acentuado de demanda por recursos de seus depositantes. A esse tipo de instrumento dá-se o nome de operação de redesconto.

Acentuamos que a política fiscal centraliza suas preocupações nos gastos do setor público e nos impostos cobrados da sociedade, procurando, por meio de maior eficácia no equilíbrio entre a arrecadação tributária e as despesas governamentais, atingir determinados objetivos macroeconômicos e sociais. Se o governo elevar a cobrança de impostos das empresas, duas importantes repercussões estão previstas: redução dos resultados – o que torna o capital investido menos atraente –, e também menor capacidade de investimento, por acumular menores fluxos de caixa, tornando a empresa mais dependente de empréstimos para financiar sua atividade.

Já a política cambial está baseada na administração das taxas de câmbio, promovendo alterações das cotações cambiais, e, de forma mais abrangente, no controle das transações internacionais executadas por um país. É fixada, em geral, para facilitar as necessidades de expansão da economia e promover seu desenvolvimento econômico.

Apresentamos, ainda, as falhas de mercado. Estas requerem, de uma forma ou outra, a presença do Estado na economia, que atua, ora por intervenção legislativa, ora por intervenção por política econômica, no exercício de suas funções. Destacamos informações acerca da economia monetária, a exemplo de oferta e demanda por moeda, bem como a

relevância que a moeda exerce na economia capitalista. Vimos que ao longo da História os indivíduos realizavam as trocas para satisfazer às próprias necessidades, e a moeda como conhecemos hoje não era importante; vários bens desempenharam seu papel, porém com várias restrições. Com o avanço das sociedades e a chegada do capitalismo, a multiplicação das trocas fez com que nascessem outros meios de pagamento. O ouro e a prata transformaram-se em moeda, e depois surgiu a moeda representativa.

Inicialmente, os meios de pagamento utilizados traziam consigo o lastro; depois, tal ideia foi abandonada devido à possibilidade da multiplicação dos meios de pagamento, ainda que de forma bastante simples e incipiente, mas que ofereceu condições de o sistema capitalista desenvolver o sistema bancária e, a partir daí, o próprio sistema monetário.

No sistema monetário, a moeda de uma economia é tratada, em termos técnicos, como meio de pagamento e, portanto, de maior complexidade. Os meios de pagamento convertem-se em moeda manual e moeda escritural, e o relacionamento do público com tais instrumentos monetários impacta diretamente as condições de produção, distribuição, consumo e acumulação em uma economia baseada na moeda.

Como guardião do sistema, temos o Banco Central, autarquia responsável pela emissão do papel-moeda e pela garantia da liquidez do sistema. Tal instituição tem relacionamento direto com os bancos comerciais, que multiplicam os meios de pagamento ao terem a prerrogativa de criarem moeda escritural, dadas algumas limitações impostas pelo próprio sistema e mesmo por seu principal fiscalizador.



Exercícios

Questão 1. (ENADE 2012) O Brasil produz e distribui cerca de 44 milhões de metros cúbicos de água por dia. Destes, 15 milhões são coletados através de redes gerais, mas apenas 5 milhões de metros cúbicos são retornados ao meio ambiente com tratamento adequado. Cerca de 39 milhões de metros cúbicos de água não são retornados com tratamento, sendo, em grande parte, despejados *in natura* no solo ou em cursos d'água. O volume de água que, a cada mês, é distribuído para consumo e que não retorna ao ciclo natural com o tratamento adequado equivale à metade do volume de água contido na Baía da Guanabara. A cada ano, esse volume tem a ordem de grandeza equivalente a seis baías da Guanabara.

As consequências mais conhecidas da falta de redes de água e de esgoto manifestam-se na forma de uma proliferação de doenças gastrointestinais que sobrecarregam o serviço de saúde pública. Essas doenças e a mortalidade infantil diminuem o capital humano dos indivíduos mais pobres.

Considerando o texto apresentado, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. As consequências a que se referem os autores no texto acima podem ser denominadas como externalidades e constituem falhas de mercado.

PORQUE

II. O uso de mecanismos de regulação é recomendado como forma de eliminar falhas de mercado.

Acerca dessas asserções, assinale a opção correta.

A) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é uma justificativa da I.

B) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II não é uma justificativa da I.

C) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.

D) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.

E) As asserções I e II são proposições falsas.

Resposta correta: alternativa B.

Análise da questão

Justificativa: o fornecimento de água feito de maneira insuficiente e inadequada caracteriza uma falha de mercado, já que resulta em externalidade negativa (despejo de água não tratada no ambiente e proliferação de doenças gastrointestinais na população) que requer a ação interventora do Poder Público.

A ação reguladora do Estado é requerida quando há externalidades negativas na produção ou no consumo de determinado bem ou serviço. Essa intervenção é ainda mais urgente quando há riscos para a sociedade em geral.

Assim, nota-se que a asserção II não justifica a asserção I.

Questão 2. Entendendo a moeda como instrumento para intermediar as transações econômicas e tendo em mente suas funções, julgue as afirmativas a seguir:

I. A moeda é usada como reserva de valor, pois é o ativo com maior liquidez na economia.

II. A moeda é utilizada como unidade de conta, pois é aceita pela coletividade, possibilitando que todos os bens, serviços e fatores de produção sejam expressos em unidades monetárias.

III. A moeda é utilizada somente para intermediar o fluxo de bens, serviços e fatores de produção.

IV. A moeda é utilizada como meio de troca, o que facilita as transações de bens, serviços e fatores de produção.

É correto apenas o que se afirma em:

A) I, II, III e IV.

B) II e III.

C) I, II e III.

D) I, II e IV.

E) III e IV.

Resolução desta questão na plataforma.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.